



A Tributação da Moeda Virtual em Portugal

Dissertação de Mestrado, apresentada no Mestrado de Direito Financeiro e Fiscal, no âmbito do 2.º ciclo de estudos, sob orientação do Senhor Professor Doutor Gustavo Lopes Courinha

Irina de Sousa Sena

Lisboa, maio de 2019

Ao meu orientador, o Senhor Professor Doutor Gustavo Lopes Courinha.

À minha Mãe e à minha amiga Rafa, por todo o apoio incondicional.

“Nada se obtém sem esforço; tudo se pode conseguir com ele”.

Ralph Waldo Emerson

RESUMO

A presente dissertação tem por objeto a análise da tributação da moeda virtual em Portugal, à luz do ordenamento jurídico interno. A criptomoeda tem assumido um papel cada vez mais marcante na era digital em que vivemos, sendo utilizada não só como um meio de pagamento, mas também como uma forma de investimento. Atualmente existem 2194 moedas virtuais, entre as quais se destaca a *bitcoin*, a *ethereum*, a *litecoin*, a *zcash*, a *iota*, a *monero*, a *cardano*, a *nem* e a *ripple* e, no futuro, espera-se que sejam criadas ainda mais. Nesse sentido, importa perceber que posição as moedas virtuais ocupam no mundo global em que vivemos e que regulação incide sobre as mesmas, para traçarmos a forma como estas devem ser analisadas do ponto de vista fiscal. Posto isto, examinar-se-á, de forma transversal, quais os impostos que poderão incidir sobre os rendimentos provenientes de criptomoeda no panorama jurídico português. Analisando-se, em detalhe, os rendimentos obtidos através da moeda digital à luz das normas constantes no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“CIRS”), no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“CIRC”) e no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (“CIVA”).

Palavras-chave: moeda virtual, *bitcoin*, era digital, tributação, regulação.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyse the taxation of the virtual currency in Portugal, in the light of the internal legal system. The cryptocurrency has assumed an increasingly important role in the digital age where we live in, being used not only as a payment method, but also as a form of investment. Nowadays there are 2194 virtual currencies, such as bitcoin, ethereum, litecoin, zcash, iota, monero, cardano, nem and ripple and, in the future, it is expected to exist even more. Therefore, it is essential to identify which position virtual currencies occupy in the global world we live in and which regulation applies to them, to outline the way they must be analysed from a fiscal point of view. Afterwards, it will be examined, in a transversal way, which taxes may be levied on the income derived from cryptocurrency in the Portuguese legal system. As so, it will be analysed, in detail, the income obtained through the digital currency in accordance with the laws laid down in the Personal Income Tax Code, Corporate Income Tax Code and Value Added Tax Code.

Key words: virtual currency, bitcoin, digital age, taxation, regulation.

SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

Ac./Acs. – Acórdão/Acórdãos.

ADA – *Cardano* (uma moeda virtual).

Al. – Alínea.

Art.(s) – artigo(s).

App – Aplicação móvel.

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira.

BCE – Banco Central Europeu.

BdP – Banco de Portugal.

BTC – *Bitcoin* (uma moeda virtual).

BYT – *Bityond* (um *token*).

CC – Código Civil.

CDT – Convenção de Dupla Tributação.

CdVM – Código dos Valores Mobiliários.

Cfr. – confronto (-se), confrontar.

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

CRP – Constituição da República Portuguesa.

EBA – *European Banking Authority* (em português, Autoridade Bancária Europeia).

ECON – Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

ESMA – Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados.

ETH – *Ethereum* (uma moeda virtual).

FTT – *Financial Transaction Tax* (Imposto sobre Transações Financeiras).

n.º(s) – número(s).

ICO – *Initial Coin Offering* (em português, Oferta Pública de Moeda).

IOT – *Internet of Things* (em português, *Internet* das Coisas).

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado.

LTC – *Litecoin* (uma moeda virtual).

Pág. (pp.) – página(s).

Proc. – Processo.

QR Code – *Quick Response Code* (em português, código de resposta rápido).

RITI – Regime do IVA das Transações Intracomunitárias

SMSG – *Securities and Markets Stakeholder Group* (em português, Grupo das Partes Interessadas do setor dos Valores Mobiliários e dos Mercados).

ss. – seguintes.

TJUE – Tribunal de Justiça da União Europeia.

UE – União Europeia.

v.g. – *verbi gratia*.

Vol. – Volume.

XEM – *Nem* (uma moeda virtual).

XMR – *Monero* (uma moeda virtual).

XRP – *Ripple* (uma moeda virtual).

ZEC – *Zcash* (uma moeda virtual).

GLOSSÁRIO DE ESTRANGEIRISMOS

Bitcoin – Nome de uma moeda virtual e do *software*.

Bityond – Nome de um *Token* emitido por uma Oferta Pública de Moeda e da respetiva plataforma eletrónica.

Blockchain – Tecnologia descentralizada de registo de dados.

Cardano – Nome de uma moeda virtual e do *software*.

Cloud – Computação em nuvem, isto é, em servidores disponíveis na internet.

Crowdfunding – Plataforma de financiamento colaborativo.

Ethereum – Nome de uma moeda virtual e do *software*.

Fiat (moeda) – Moeda fiduciária ou tradicional.

FinTech – Abreviatura de *Financial Technology*, ou seja, tecnologia financeira, é composta pelas inovações tecnológicas e novas formas de negócio que visam competir com os métodos financeiros tradicionais.

Initial Coin Offering – Oferta Pública de Moeda.

Internet of Things – *Internet* das Coisas.

Litecoin – Nome de uma moeda virtual e do *software*.

Mining – Processo de criação e validação da moeda virtual.

Monero – Nome de uma moeda virtual e do *software*.

Nem – Nome de uma moeda virtual e do *software*.

Network – Rede de computadores onde existe partilha de informação.

Online – Em linha, que está conectado a uma rede ou sistema de comunicações.

Peer-to-peer – Sistema que permite a partilha de ficheiros pessoa-a-pessoa, ou seja, entre pessoas, sem a necessidade de um servidor central ou de uma terceira parte envolvida.

Pendrive – Pequeno dispositivo móvel de memória que serve para armazenar ficheiros.

QR Code – Código de resposta rápido (*Quick Response Code*)

Ripple – Nome de uma moeda virtual e do *software*.

Smart contract – Contrato cuja execução é feita de forma automatizada.

Software – Suporte lógico (conjunto de componentes lógicos de um computador ou sistema de processamento de dados).

Startup – É uma empresa constituída recentemente que tem como objetivo desenvolver um negócio ou projeto inovador, geralmente ligado à área tecnológica.

Streaming – Transmissão contínua de dados multimédia em rede.

Swaps – Troca de posições contratuais relativamente a ativos financeiros.

Token – Ficha de moeda emitidas através de uma Oferta Pública de Moeda.

E-wallet – Carteira digital onde se armazenam as moedas virtuais.

Whitepaper – Documento informativo divulgado por uma empresa (normalmente uma *startup*) com a intenção de apresentar o projeto, bem ou serviço que a empresa visa desenvolver e incentivar os investidores a participarem na ICO.

Zcash – Nome de uma moeda virtual e do *software*.

MODO DE CITAR

Na presente dissertação as referências bibliográficas de cada obra citada são feitas, sempre que existirem dados para isso, pela indicação do autor, título, volume, edição, local de publicação, editora, mês, ano e página.

Terão, sempre que possível, lugar, independentemente da natureza das fontes – monografias, manuais, comentários, artigos em publicações periódicas ou contributos para obras coletivas, etc.

Relativamente às referências bibliográficas eletrónicas, não constará na presente dissertação o dia em que cada uma das fontes foi consultada pela última vez, por se reportarem todas ao dia 22 de maio de 2019.

Por último, cumpre assinalar que a dissertação é redigida ao abrigo do novo acordo ortográfico, resultante do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, em 16 de Maio, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 52/2008 (publicado no DR n.º 145, Série I de 2008-07-29).

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO.....	1
II. A MOEDA VIRTUAL.....	2
1. O conceito de moeda virtual	2
2. Evolução histórica da moeda	7
3. A natureza da moeda virtual	12
4. Tipos de moedas virtuais existentes.....	14
5. O fenómeno das Ofertas Públicas de Moeda	16
III. TRIBUTAÇÃO DA MOEDA VIRTUAL.....	18
1. Enquadramento legal da moeda virtual.....	18
2. Tipos de rendimentos gerados pela moeda virtual.....	20
IV. TRIBUTAÇÃO DA MOEDA VIRTUAL EM SEDE DE IRS	22
1. Incidência subjetiva	22
2. Rendimentos Empresariais e Profissionais – Categoria B.....	23
2.1. Incidência objetiva	24
2.2. Momento da tributação.....	27
2.3. Determinação do rendimento tributável	27
2.4. Posição da Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa	28
3. Rendimentos de Capitais – Categoria E.....	29
3.1. Incidência objetiva	29
3.2. Momento da tributação.....	32
3.3. Determinação do rendimento tributável	33
3.4. Posição da Deco Proteste	34
3.5. Posição da Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa	34
4. Incrementos Patrimoniais – Categoria G	35
4.1. Incidência objetiva	35
4.2. Momento da tributação.....	42
4.3. Determinação do rendimento tributável	43
4.4. Posição da Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa	43
V. TRIBUTAÇÃO DA MOEDA VIRTUAL EM SEDE DE IRC	44
1. Incidência subjetiva	44
2. Incidência objetiva	45
3. Momento da tributação	47
4. Determinação do rendimento tributável.....	47
VI. TRIBUTAÇÃO DA MOEDA VIRTUAL EM SEDE DE IVA.....	48
1. Incidência subjetiva	48

2. Incidência objetiva	50
3. Momento da tributação	52
4. Determinação do rendimento tributável.....	53
5. Localização das prestações de serviços	53
6. Isenção de IVA	53
7. Obrigação de emissão de fatura	55
8. Posição da Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa.....	57
9. Posição do Tribunal de Justiça da União Europeia.....	61
IX. CONCLUSÃO	63
X. BIBLIOGRAFIA.....	65

I. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar de forma crítica a posição que a moeda virtual ocupa no sistema fiscal português, com vista à supressão de dúvidas, imprecisões e erros que se têm vindo a verificar no tratamento desta matéria.

Com efeito, considerando a natureza inovadora e permanente que as moedas virtuais têm assumido em Portugal, aliada à escassez de informação, doutrina e jurisprudência, quer a nível nacional, quer a nível europeu, sobre a tributação das mesmas, torna-se, a nosso ver, premente desenvolver um estudo aprofundado sobre este tema.

Neste sentido, desde logo, pretende-se densificar o conceito e a natureza da moeda virtual, dar a conhecer o contexto que levou ao seu surgimento e, bem assim, identificar as principais moedas virtuais existentes. De seguida, destrinçar-se-á o fenómeno das Ofertas Públicas de Moeda (em inglês, *Initial Coin Offerings*) e dos *tokens*, por forma a distingui-los das moedas virtuais.

Posteriormente, iremos enquadrar a moeda virtual no ordenamento jurídico português e europeu, analisando em pormenor a moeda virtual à luz dos princípios norteadores do regime fiscal português e das eventuais previsões legais e comunicados existentes a nível europeu. Seguidamente, identificar-se-á o conjunto de rendimentos gerados pelas moedas virtuais, por forma a delinear-se que impostos poderão, porventura, incidir sobre as mesmas.

Por sua vez, debruçar-nos-emos em profundidade e de forma transversal sobre a eventual tributação dos rendimentos gerados pelas moedas virtuais em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“IRS”), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”).

Visa-se, assim, examinar detalhadamente o impacto fiscal que as atividades relacionadas com as moedas virtuais podem ter na esfera jurídica do sujeito passivo, quer este se trate de uma pessoa singular, quer de uma pessoa coletiva, à luz das disposições vigentes no direito interno.

Neste contexto, ter-se-á em consideração o rápido crescimento tecnológico e o surgimento de novos e diferentes instrumentos financeiros, associados à *FinTech*, e a necessidade de o ordenamento fiscal português acompanhar a progressão das tecnologias financeiras, que tornam os ativos financeiros tão versáteis e, consequentemente, tão difíceis de regular e de harmonizar.

II. A MOEDA VIRTUAL

1. O conceito de moeda virtual

A moeda virtual é uma versão completamente eletrónica do dinheiro, utilizada para efetuar operações de pagamentos diretamente entre pessoas, sem passar por qualquer intermediário ou instituição financeira, operando por recurso à tecnologia descentralizada de registo de dados (*blockchain*). A criptomoeda é, por isso, uma moeda descentralizada, pois opera numa rede pessoa-a-pessoa (em inglês, *peer-to-peer*), e independente, uma vez que a sua emissão e comercialização não são reguladas, nem supervisionadas pelo Estado, banco central ou qualquer outra entidade. A criptomoeda pode ser adquirida através de *softwares*, aplicações (*apps*), plataformas eletrónicas ou mineração da mesma¹. A moeda digital não tem curso legal em Portugal, uma vez que a sua aceitação não é obrigatória, nem tem um valor nominal intrínseco. Trata-se, por outras palavras, de um ativo financeiro descentralizado.

De facto, as moedas virtuais são um tipo de criptoativos, os quais se caracterizam por serem ativos virtuais, não regulamentados, protegidos por criptografia, que utilizam a tecnologia *blockchain*. Atualmente o grupo de criptoativos integra as moedas virtuais e os *tokens*.

De acordo com a Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários (“CMVM”)², os criptoativos são “*representações digitais de ativos baseadas em tecnologia blockchain, não emitidas por um banco central, instituição de crédito ou instituição de moeda eletrónica e que podem ser usadas como forma de pagamento numa comunidade que o aceite ou ter outras finalidades como a atribuição do direito à utilização de determinados bens e serviços ou a um retorno financeiro. Para este efeito, o termo “criptoativos” engloba as nomenclaturas que normalmente lhe são associadas, como tokens, coins, criptomoedas ou moedas virtuais*”.

Ora, ainda que se possa considerar que as moedas virtuais são *tokens* de moeda (em inglês, *currency/payment/exchange tokens*)³, não adotaremos essa nomenclatura, devido à confundibilidade que tal pode gerar e às diferenças que, a nosso ver, existem entre

¹ Cfr. CHUEN, David Lee Kuo, GUO, Li e WANG, Yu, *Cryptocurrency: A New Investment Opportunity?*, artigo, agosto de 2017, pp. 6-7, disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2994097.

² Cfr. Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Perguntas e respostas sobre criptoativos destinadas aos investidores*, informação constante no sítio da CMVM, disponível em: https://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/Faq/Pages/FAQs-Criptoativos_investidores.aspx.

³ Cfr. Autoridade Bancária Europeia, *Report with advice for the European Commission on crypto-assets*, Relatório da EBA, janeiro de 2019, pp. 4 e 7, disponível em: <https://eba.europa.eu>.

moedas virtuais e *tokens* (também designados de *investment/security/asset tokens*, *hybrid token* e *utility/usage tokens*, cada qual com as suas especificidades⁴) e que, de seguida, passamos a descrever.

Com efeito, antes de mais importa referir que as moedas virtuais são vulgarmente subdivididas em *bitcoin* e *altcoins*. A *bitcoin* foi a primeira moeda virtual a ser criada, remontando a sua origem ao ano de 2008, e as *altcoins* ou criptomoedas alternativas englobam todas as outras moedas virtuais que se seguiram à *bitcoin*⁵. Por sua vez, os *tokens* ou fichas são representações de ativos virtuais, transmissíveis em mercado, que são criados em *blockchains* já existentes. Desde logo, estes diferem das criptomoedas exatamente pelo facto de serem construídos por cima de *blockchains* de moedas virtuais, enquanto que as criptomoedas têm a sua própria *blockchain*⁶.

Ademais, os *tokens* são emitidos por uma Oferta Pública de Moeda (em inglês, *Initial Coin Offering*, normalmente designada apenas pelo acrónimo “ICO”⁷), sendo uma forma de investimento num projeto, bem ou serviço de uma empresa (regra geral, uma *startup*)⁸, enquanto as criptomoedas são utilizadas como meio de pagamento de bens ou serviços, câmbios de moedas e mineração das mesmas.

Acresce que os *tokens*, na maioria das vezes, podem ser adquiridos através de uma moeda com curso legal ou de uma moeda virtual, sendo, por conseguinte, considerados bens transmissíveis no mercado, enquanto as moedas virtuais apenas podem ser adquiridas através de uma moeda com curso legal⁹.

Posto isto, cumpre agora assinalar que esta nova moeda pode ser denominada de várias formas, designadamente de moeda virtual, moeda digital, criptomoeda, moeda

⁴ Para um estudo mais aprofundado sobre estes *tokens*, vide GERALDES, Luís Roquette, ALBUQUERQUE, Mariana Solá de, SILVA, João Lima da, *ICOs: security tokens vs. utility tokens*, artigo constante no livro *FinTech II – Novos Estudos sobre Tecnologia Financeira*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, março de 2019, pp. 336-344.

⁵ A título de curiosidade, refira-se que são criptomoedas alternativas (*altcoins*), nomeadamente, a *Litecoin*, *Ethereum*, *Neo*, *Dash*, *Monero*, *Zcash* e *Ripple*.

⁶ A título de exemplo, a *blockchain* em que atualmente são criados mais *tokens* é a *blockchain* da moeda virtual *ethereum*. Neste sentido, SOUSA, Filipa, *Qual a diferença entre criptomoedas e «tokens»*, artigo constante no sítio *Ihodl*, disponível em: <https://pt.ihodl.com/tutorials/2018-10-31/qual-diferenca-entre-criptomoedas-e-tokens/>.

⁷ Sobre esta matéria vide ponto 5 (O fenómeno das Ofertas Públicas de Moeda) do presente capítulo.

⁸ Neste sentido, vide ROLO, António Garcia, *As criptomoedas como meio de financiamento e a qualificação dos tokens de investimento emitidos em ofertas públicas de moeda (ICO) como valores mobiliários*, artigo constante no livro *FinTech II – Novos Estudos sobre Tecnologia Financeira*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, março de 2019, pág. 250.

⁹ Neste sentido, vide GERALDES, Luís Roquette, ALBUQUERQUE, Mariana Solá de, SILVA, João Lima da, *ICOs: security tokens vs. utility tokens*, artigo constante no livro *FinTech II – Novos Estudos sobre Tecnologia Financeira*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, março de 2019, pág. 334.

eletrónica ou, mais especificamente, *bitcoin*, *ethereum*, *litecoin*, entre outras moedas que mais adiante iremos ver.

Porém, a moeda virtual não deve ser confundida com a moeda eletrónica definida no artigo 2.º, alínea ff) do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica¹⁰. Com efeito, nos termos do referido preceito, a moeda eletrónica é o valor monetário armazenado eletronicamente, representado por um crédito sobre o emitente e emitido após receção de notas de banco, moedas e moeda escritural, e servindo para realizar operações de pagamento (depósitos, transferências ou levantamentos), que são aceites por pessoa singular ou coletiva diferente do emitente de moeda eletrónica. Conforme explicita o Banco de Portugal (“BdP”) no comunicado constante no seu sítio¹¹, o valor monetário da moeda eletrónica deve corresponder ao montante de notas e moedas ou de moeda escritural que é entregue pelo adquirente da referida moeda (o cliente portador de moeda eletrónica) ao emitente da mesma, tendo em vista a realização das operações de pagamento. Ora, a moeda eletrónica aqui versada não é mais do que a moeda regulada pelo Banco, correspondente a um curso legal reconhecido em Portugal, constante nas contas bancárias, em cartões pré-pagos ou noutras contas de moeda eletrónica que não possuem cartões associados. Pelo que se distingue claramente da moeda virtual, que será aqui tratada em pormenor, uma vez que esta não é regulada por nenhum Banco, não possui curso legal em Portugal, opera numa rede *peer-to-peer* (pessoa-a-pessoa), sem intervenção de terceiras partes e pode ser utilizada não só como um meio de pagamento, mas também como um meio de troca, investimento, reserva de valor ou aplicação em casinos.

Conforme referido no ponto um da Recomendação da Comissão Europeia, de 22 de março de 2010¹², o curso legal das notas e moedas em euros deve implicar: i) a aceitação obrigatória pelo credor do pagamento em notas e moedas em euros; ii) a aceitação do valor nominal total das notas e moedas em euros; e iii) o poder do devedor cumprir obrigações de pagamento mediante a entrega de notas e moedas em euros.

¹⁰ Cfr. artigo 2.º, alínea ff) do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 91/2018, de 12 de novembro, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Diretiva (EU) 2015/2366, do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que procura responder aos desafios colocados pela realidade dinâmica associada aos novos serviços de pagamento, tendo em vista a implementação generalizada dos novos meios de pagamento no mercado, a proteção e segurança dos consumidores na utilização desses serviços de pagamento e a promoção adequada do desenvolvimento do comércio eletrónico em condições concorrenciais.

¹¹ Vide Banco de Portugal, *Moeda eletrónica – O que é*, comunicado do Banco de Portugal, disponível em: <https://cliente.bancario.bportugal.pt/pt-pt/moeda-eletronica-o-que-e>.

¹² Cfr. Recomendação da Comissão Europeia, de 22 de março de 2010, sobre o alcance e consequências do curso legal das notas e moedas em euros (2010/191/EU), disponível em: <https://eur-lex.europa.eu>.

Ora, de acordo com o Banco de Portugal¹³, a moeda virtual é uma moeda sem curso legal em território nacional, cuja emissão e comercialização não são reguladas, nem sujeitas a supervisão prudencial ou comportamental pelo Banco de Portugal ou por qualquer outra entidade financeira, nacional ou europeia (como, por exemplo, o Banco Central Europeu).

Neste sentido, em 18 de maio de 2018, o Governador do Banco de Portugal, Carlos da Silva Costa, em conferência¹⁴, esclareceu que somente as notas e moedas em euros possuem curso legal. Frisando, o Governador, que quaisquer outros ativos convencionados ou aceites como meios de pagamento, como as designadas moedas virtuais, não têm curso legal, dado que não cumprem determinados requisitos legais. Concluindo, o Governador, por afirmar que as moedas virtuais não podem ser consideradas dinheiro ou designadas como moedas, sendo antes ativos cujo valor convencionado depende da natureza subjacente e/ou da confiança dos agentes que operam no correspondente mercado.

Também a Autoridade Tributária e Aduaneira¹⁵, por via da informação vinculativa no âmbito do processo n.º 5717/2015, de 27 de dezembro de 2016, defendeu que as criptomoedas ou "moedas virtuais" não são, tecnicamente, consideradas "moeda" por não disporem de curso legal ou de poder liberatório em Portugal.

A nível da União Europeia, em outubro de 2012, o Banco Central Europeu ("BCE") publicou o "Relatório sobre o Regime da Moeda Virtual" (em inglês, *Virtual Currency Schemes*)¹⁶. Mais tarde, em fevereiro de 2015, o BCE divulgou um novo relatório, com uma análise mais detalhada sobre o Regime da Moeda Virtual, denominado de "Relatório sobre o Regime da Moeda Virtual – uma análise mais aprofundada" (em inglês, *Virtual Currency Schemes – a further analysis*)¹⁷.

No Relatório de 2012, o Banco Central Europeu caracterizou a moeda virtual como uma modalidade de divisa virtual, não sujeita a regulação, que é emitida e controlada

¹³ Vide Banco de Portugal, *Moedas Virtuais*, comunicado do Banco de Portugal, disponível em: <https://www.bportugal.pt/page/moedas-virtuais>.

¹⁴ COSTA, Carlos da Silva, *Intervenção do Governador Carlos da Silva Costa na Conferência Money Conference "Banca e Seguros: O Futuro do Dinheiro"*, Intervenção do Governador do Banco de Portugal, Carlos da Silva Costa, maio de 2018, disponível em: www.bportugal.pt.

¹⁵ Cfr. Autoridade Tributária e Aduaneira, *Tributação das cripto-moedas ou moedas virtuais*, Informação Vinculativa no Processo n.º 5717/2015, Despacho de 27 de dezembro de 2016, disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/rendimento/cirs/Documents/PIV_09541.pdf.

¹⁶ Cfr. Banco Central Europeu, *Virtual Currency Schemes*, relatório do BCE, outubro de 2012, disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/home/html/index.en.html>.

¹⁷ Cfr. Banco Central Europeu, *Virtual Currency Schemes – a further analysis*, relatório do BCE, fevereiro de 2015, disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/home/html/index.en.html>.

pelos seus criadores e que é aceite no seio de uma determinada comunidade virtual, com natureza bidirecional, podendo ser comprada e vendida de acordo com determinadas taxas de câmbio e podendo ser utilizada para adquirir bens e serviços tanto no mundo real, como no mundo virtual.

Porém, já no Relatório de 2015, o BCE reformulou esta definição, por a considerar desatualizada, dados os novos elementos que surgiram sobre o tema. Efetivamente, o BCE excluiu da definição de moedas virtuais a palavra “*dinheiro*”, por considerar que as mesmas não têm a natureza de um ativo altamente líquido, porquanto não atingiram o nível de aceitação comumente associado ao dinheiro. Depois, o BCE eliminou, ainda, da definição de moedas virtuais as palavras “*não sujeito a regulação*”, uma vez que algumas jurisdições já incluem na sua legislação e regulamentação alguns aspetos relacionados com a moeda virtual (como é o caso da Alemanha). Por fim, o BCE retira igualmente a palavra “*aceite no seio de uma determinada comunidade virtual*” da definição de moedas virtuais, para não gerar mal-entendidos em relação a quaisquer limites teóricos.

Neste sentido, e com base nas características atualmente observadas, o BCE avançou com uma nova definição de moeda virtual, a qual é caracterizada por ser uma representação digital de valor, não emitida por nenhum banco central, instituição de crédito ou instituição de moeda virtual, que, em algumas circunstâncias, pode ser usada como alternativa ao dinheiro.

Em 22 de outubro de 2015, foi a vez de o Tribunal de Justiça da União Europeia (“TJUE”), no processo C-264/14 (Skatteverket contra David Hedqvist)¹⁸, considerar que a moeda virtual é um meio de pagamento contratual. Entendendo que as divisas não tradicionais constituem operações financeiras, desde que as mesmas tenham sido aceites pelas partes numa transação como meio de pagamento alternativo aos meios com valor liberatório (as moedas tradicionais) e não tenham outra finalidade senão a de servir de meio de pagamento.

Em 3 de maio de 2016, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) publicou o Relatório sobre Moedas Virtuais (Relatório 2016/2007 (INI))¹⁹, elaborado pelo relator Jakob von Weizsäcker, no qual vem referido não existir uma

¹⁸ Cfr. Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 22 de outubro de 2015, no processo C-264/14 (Skatteverket contra David Hedqvist), disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=170305&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=1564426>.

¹⁹ Vide Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), *Relatório sobre moedas virtuais*, proposta de resolução do Parlamento Europeu, maio de 2016, disponível em: http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2016-0168_PT.html?redirect.

definição universal de moeda virtual, apesar de às vezes, por vezes, atribuída a designação de dinheiro digital.

Também o Parlamento Europeu e o Conselho, através do artigo 3.º, alínea 18), da Diretiva (UE) 2015/849, de 20 de maio, com as alterações introduzidas pela Diretiva (UE) 2018/843, de 30 de maio²⁰, vieram definir o conceito de moeda virtual como sendo uma representação digital de valor que não é emitida ou garantida por um banco central ou uma autoridade pública, que não está necessariamente ligada a uma moeda legalmente estabelecida e que não possui o estatuto jurídico de moeda ou dinheiro, mas que é aceite por pessoas singulares ou coletivas como meio de troca e que pode ser transferida, armazenada e comercializada por via eletrónica²¹.

Mais recentemente, em 9 de janeiro de 2019, a Autoridade Bancária Europeia (“EBA”, na sigla inglesa), publicou um relatório sobre os criptoativos²², no qual os definiu como sendo um tipo de ativo financeiro privado que depende principalmente de criptografia e tecnologia de contabilidade distribuída como parte do seu valor atribuído ou intrínseco. Existindo uma variedade bastante abrangente de criptoativos, entre os quais constam os *tokens* de pagamento/troca (correspondentes às moedas virtuais), os *tokens* de investimento e os *tokens* para aceder a um bem ou a um serviço (os chamados *tokens* de utilidade).

2. Evolução histórica da moeda

A História da moeda está intrinsecamente associada à História da Humanidade. No início, o ser humano efetuava transações através da troca direta de produtos ou serviços. Nessa medida, o valor da mercadoria ou da prestação estava muito ligado ao tempo e/ou força despendidos na produção ou no serviço. A variedade de unidades de troca utilizadas como padrão de valor ou meio de troca estava impreterivelmente relacionada com a diversidade de culturas²³. Assim, eram vários os produtos que serviam de meio de troca, alternando consoante a região, nomeadamente os bois, no Mediterrâneo, o sal na China,

²⁰ Cfr. artigo 3.º, alínea 18) da Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, com as alterações introduzidas pela Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018.

²¹ Neste sentido, ainda, vide Parlamento Europeu, *European Parliament Resolution of 26 May 2016 on Virtual Currencies (2016/2007(INI))*, maio de 2016, disponível em: http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2016-0228_EN.html?redirect.

²² Cfr. Autoridade Bancária Europeia, *EBA reports on crypto-assets*, relatório da EBA, janeiro de 2019, disponível em: <https://eba.europa.eu/-/eba-reports-on-crypto-assets>.

²³ Vários autores, *Grande Enciclopédia Universal*, Vol. XIII, 1.ª Edição, Lisboa, Durclub, agosto de 2004, pág. 8932.

o arroz na Índia, os cereais na Alemanha, e, em geral, os animais um pouco por todo o mundo. Porém, a troca direta apresentava muitas desvantagens, tais como a dificuldade de encontrar outra pessoa interessada na transação de determinados produtos, a fraca divisibilidade ou fracionamento dos bens, o peso e, por vezes, a perecibilidade dos mesmos.

Daí que, no século VI A.C., surgiu a moeda. Esta foi criada na Lídia, na antiga região da Ásia Menor, mas depressa se expandiu para a Grécia Antiga, tendo sido os fenícios os responsáveis por a introduzirem na zona mediterrânica²⁴. Entre todas as vantagens da moeda, ressalta-se o facto de esta não depender do esforço ou do tempo gastos, ser de fácil transporte, divisível e de fácil entesouramento.

No século IV A.C., surge em Roma a primeira moeda oficial. Já no século III A.C., Roma passa a emitir moedas em prata, designadas de denários, as quais, juntamente com as moedas em ouro (áureo), em bronze (sestércio) e em cobre (asse), serviram de união monetária durante a maior parte Império Romano²⁵.

A palavra moeda tem origem no termo em latim “moneta”, que provém do Templo Juno Moneta, sendo Juno a deusa romana dos recursos financeiros e o antigo templo romano o sítio onde se cunhavam as moedas.

As primeiras moedas portuguesas (que se conhecem) foram produzidas no reinado de D. Afonso Henriques, depois de o Papa Alexandre III aceitar e reconhecer Portugal como um reino e D. Afonso Henriques como seu primeiro monarca. Tratam-se de pequenas peças batidas em bolhão, com uma liga de cobre e prata. O “dinheiro” foi a primeira moeda portuguesa a ser cunhada no Reino de Portugal. Além desta, também existia a mealha, que valia metade de um dinheiro e era usualmente cortada em duas metades para facilitar as transações²⁶.

Desde então, várias foram as moedas que passaram pelo solo português. Tendo a sua natureza sofrido, também ela, alterações. Com efeito, inicialmente a moeda era um metal que possuía valor em si mesmo (como, por exemplo, as moedas de ouro e de prata), designando-se por isso de moeda-mercadoria. Mais tarde, esta foi substituída pela moeda escritural ou moeda-papel, que consistia na equivalência das notas em circulação a determinadas quantidades de ouro ou prata retidas nos cofres dos bancos. Por fim, e sendo esta a natureza da moeda que atualmente opera em todo o Mundo, temos a moeda

²⁴ Neste sentido, Wikipedia, *Moeda (peça)*, artigo constante no sítio *wikipedia*, junho de 2018, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda_\(pe%C3%A7a\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda_(pe%C3%A7a)).

²⁵ Neste sentido, vide New Greenfil, *A História das Moedas*, artigo, disponível em: <https://www.newgreenfil.com/pages/a-historia-das-moedas>.

²⁶ Império Numismático, *A História da Moeda Portuguesa*, blog de numismática, fevereiro de 2018, disponível em: <https://imperionumismatico.blogs.sapo.pt/a-historia-da-moeda-portuguesa-9497>.

fiduciária ou moeda *fiat*. Esta teve origem no século XVIII, altura em que o Banco de Estocolmo decidiu imprimir mais notas de banco do que a quantidade de ouro que tinha retida nos seus cofres. A partir daí, essa prática generalizou-se e nos dias de hoje a moeda não tem correspondência com o valor retido nos cofres dos bancos, não possuindo qualquer valor intrínseco. O seu valor provém da confiança que as pessoas têm de que os bancos (no caso do euro, o Banco Central Europeu) manterão o valor da moeda estável ao longo do tempo. O que significa que esta moeda pode estar sujeita a inflações e deflações de mercado, uma vez que não tem por trás qualquer valor físico.

A História já nos ensinou que para que uma determinada moeda seja reconhecida pela generalidade das pessoas como um meio para serem efetuadas transações, é necessário que apresente três funções. A primeira é, exatamente, a função de servir como meio de troca ou de pagamento. A segunda é a função de reserva de valor²⁷, atribuindo a quem o possui poder de compra que perdure com o passar do tempo. A terceira é a função de unidade de conta, servindo para medir o preço dos bens transacionados numa economia²⁸.

Tendo uma moeda reunidas estas três condições, independentemente da sua forma, a mesma pode validamente ser considerada uma moeda transacionável no mercado.

Desde há alguns anos para cá que nos temos vindo a deparar com o fenómeno da desmaterialização da moeda, a qual deixou de se traduzir na circulação de moedas de metal, para se passar a traduzir na circulação de moeda entre bancos – genericamente designada de moeda eletrónica²⁹.

A par do fenómeno da desmaterialização da moeda, resultante da era digital em que vivemos, surgiu o fenómeno da difusão das moedas virtuais. A primeira moeda digital a aparecer foi a *bitcoin*. No dia 31 de outubro de 2008, em plena crise económico-financeira, o artigo *Bitcoin: um sistema de dinheiro eletrónico pessoa-a-pessoa*³⁰ foi publicado por alguém que adotou o pseudónimo Satoshi Nakamoto. Ninguém sabe quem foi verdadeiramente Satoshi Nakamoto, continuando a sua verdadeira identidade oculta até aos dias de hoje. Entre outras histórias, contam-se os relatos de que se trata de um

²⁷ Vários autores, *Grande Enciclopédia Universal*, Vol. XIII, 1.ª Edição, Lisboa, Durclub, agosto de 2004, pág. 8931.

²⁸ Neste sentido, Banco Central Europeu, *O que é a moeda*, artigo constante no sítio do BCE, novembro de 2015, disponível em: https://www.ecb.europa.eu/explainers/tell-me-more/html/what_is_money.pt.html.

²⁹ Para mais desenvolvimentos sobre a moeda eletrónica, vide ponto 1 *supra* (o conceito de moeda virtual) do presente capítulo.

³⁰ *Cf.* NAKAMOTO, Satoshi, *Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System, whitepaper*, outubro de 2008, disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>.

jovem japonês, que inventou a *bitcoin* no seu quarto estudantil³¹. Mas pode perfeitamente tratar-se de um grupo de indivíduos e não apenas de uma só pessoa. Sabe-se sim que, quem quer que seja Satoshi Nakamoto, as suas intenções de romper com o sistema financeiro tradicional eram claras. Com efeito, conforme é possível ler-se no seu *whitepaper*, o mesmo começou por realçar a necessidade de se acabar com a mediação efetuada por instituições financeiras no comércio eletrónico, para, de seguida, introduzir a solução para esse problema – um sistema eletrónico de pagamento baseado em prova criptográfica e não em confiança, o qual permitiria que as duas partes interessadas transacionassem diretamente, sem a necessidade de uma terceira parte de confiança.³² Sucede que Satoshi Nakamoto não se limitou apenas a descrever o processo de criação de um sistema eletrónico de pagamento descentralizado, tendo, em janeiro de 2009, lançado o primeiro *software* da *bitcoin*.

Dadas as suas características, nomeadamente a descentralização, portabilidade e raridade das mesmas, foram surgindo outras moedas virtuais, como mais à frente iremos ver³³.

Mas não se pode falar da origem da moeda virtual sem se descrever a *blockchain*. Ora, a *blockchain* ou tecnologia descentralizada de registo de dados³⁴ é, como o nome indica, uma tecnologia descentralizada que tem como objetivo registar, tratar e armazenar eletronicamente os dados. De facto, a *blockchain* permite registar e armazenar informações em blocos, sendo necessário decompor todos os blocos para alterar os registos criados.

Sufragando o entendimento de Francisco Mendes Correia³⁵, a *blockchain* assenta em três características principais. A primeira baseia-se no carácter multilateral da *blockchain*, uma vez que cada utilizador é incumbido da tarefa de proceder à validação e atualização de uma parte dos dados, o que significa que em vez de ser um intermediário financeiro a validar as operações, são todos os usuários que o fazem diretamente. A segunda característica prende-se com a inscrição de dados através de consenso

³¹ Neste sentido, Pacheco, António Vilaça, *Bitcoin*, 1.ª Edição, Lisboa, Editora Self, junho de 2018, pp. 20-25.

³² Cfr. NAKAMOTO, Satoshi, *Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System*, *whitepaper*, outubro de 2008, pág. 1, disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>.

³³ Vide ponto 3 *infra* (existência de diferentes moedas virtuais) do presente capítulo.

³⁴ Termo utilizado por CORREIA, Francisco Mendes, *A tecnologia descentralizada de registo de dados (Blockchain) no sector financeiro*, artigo contante no livro *FinTech – Desafios da tecnologia financeira*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2017, pág. 69.

³⁵ Vide CORREIA, Francisco Mendes, *A tecnologia descentralizada de registo de dados (Blockchain) no sector financeiro*, artigo contante no livro *FinTech – Desafios da tecnologia financeira*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2017, pp. 70-71.

multilateral, visto que só após um conjunto de indivíduos validar os registos é que a nova informação é inserida na base de dados, não podendo esta ser aditada ou modificada, a não ser que seja alcançado um novo consenso. A terceira e última característica assenta na utilização de métodos de encriptação e validação temporal na *blockchain*, que tornam a base de dados bastante segura e difícil de corromper.

Trata-se, portanto, de uma forma bastante aliciante de efetuar transações eletronicamente, uma vez que não depende de uma terceira entidade, estranha à relação, para as operações serem realizadas.

Assim, se é certo que a ascensão da *blockchain* se deveu à popularidade que as moedas virtuais, em particular a *bitcoin*, ganharam, a verdade é que a *bitcoin* não existiria sem a *blockchain*. Daí que não se possa desassociar *per si* uma realidade da outra.

Em linha com estas realidades, surgiram as designadas carteiras de moedas virtuais (as tão famosas “*e-wallets*”, em inglês). Estas carteiras são produtos que os investidores de criptomoedas podem adquirir e servem para armazenar, receber e enviar moedas virtuais, bem como consultar e gerir as criptomoedas que os mesmos possuem. A forma das carteiras pode, inclusive, variar bastante. Com efeito, as carteiras podem assumir formas tão diversificadas como as de uma aplicação para o telemóvel, um *software* para instalar no computador, uma conta num servidor *online*, uma *pendrive* que pode ser transportada fisicamente, ou um documento físico com um código QR³⁶ impresso.³⁷

Ora, apesar de o Banco Central Europeu se mostrar relutante, atualmente já se começa a discutir a hipótese de se proceder à criação de uma moeda digital regulada e supervisionada por um banco central.

Tendo em consideração, por um lado, o declínio verificado, ao longo dos anos, na utilização de notas e moedas na sociedade, e por outro, os progressos tecnológicos sentidos no domínio do dinheiro digital e dos meios de pagamento, a emissão pelo banco central de uma moeda digital é uma possibilidade que se começa a colocar na mesa em alguns países. É o caso, ao nível da União Europeia, da Suécia, onde o *Riksbank*

³⁶ Código QR ou, em inglês, *QR Code* é a conhecida sigla para “*Quick Response Code*”, o que, em português, significa resposta rápida, e consiste num código de barras que pode ser digitalizado por, nomeadamente, um telemóvel, e contém informações, ou conteúdo de outra natureza, que pode ser lido após efetuado o *scanner* do respetivo código.

³⁷ Neste sentido, vide A este propósito, PPLWARE, *Carteira de criptomoedas: o que é e como escolher a sua*, artigo constante no sítio pplware, disponível em: <https://pplware.sapo.pt/software/carteiras-criptomoedas-escolher/>.

(designação do banco central sueco) está a estudar a possibilidade de disponibilização de uma versão digital da coroa sueca, a qual seria denominada de *e-krona*³⁸.

3. **A natureza da moeda virtual**

A moeda virtual assume diversas características, que não só a identificam, como a distinguem da moeda fiduciária (em inglês, *fiat*), entre as quais destacam-se a sua descentralização, confiança, durabilidade, portabilidade, menor divisibilidade, uniformidade, raridade, aceitação, volatilidade e falta de proteção.

Começando pela primeira característica *supra* mencionada, a criptomoeda é, *per si*, uma moeda descentralizada, uma vez que não está dependente do Estado e dos bancos para operar. Assim, nenhum organismo é capaz de afetar a oferta da moeda ou exercer influência significativa sobre a mesma sem que tenha a aprovação da maioria dos utilizadores.

De seguida, denote-se que a criptomoeda permite que haja uma maior confiança dos utilizadores nas moedas. Tal deve-se ao facto de não existirem intermediários nas operações que inflacionem ou desvalorizem a moeda virtual, consoante as respetivas necessidades. Contrariamente à moeda *fiat*, cujo valor é alterado de acordo com as oscilações económicas e financeiras³⁹.

Além disso, a criptomoeda é indefinidamente durável quando comparada com um qualquer produto físico. Tal prende-se com o facto de a moeda virtual estar distribuída por vários utilizadores, o que faz com que seja necessário aceder a diversos computadores/dispositivos para poder ser destruída.

Para além disso, a moeda virtual é portátil, uma vez que pode ser facilmente armazenada na nuvem (*cloud*) e utilizada como método de pagamento, por via da instalação de uma aplicação (*app*) no telemóvel e do acesso à internet (nomeadamente através de *Wi-Fi* ou dados móveis).

A moeda virtual é menos divisível que as moedas fiduciárias. Já que enquanto as últimas podem ser divididas em várias moedas de 1,00 euro, 0,50, 0,20, 0,10, 0,5, 0,02 e 0,01 cêntimos, as criptomoedas só podem ser divididas até 18 casas decimais. Tal característica afasta possíveis inflações ou deflações da moeda virtual, fenómenos económicos estes que estão limitados às moedas físicas.

³⁸ RISK BANK, *E-krona*, comunicado do *Riskbank*, outubro de 2018, disponível em: <https://www.riksbank.se/en-gb/payments--cash/e-krona/>.

³⁹ Cfr. CHIA, Bryan, *Evolução da criptomoeda: O que é a criptomoeda?*, Master the Crypto, disponível em: <https://masterthecrypto.com/what-is-cryptocurrency/?lang=pt>.

Acresce que a criptomoeda é, por natureza, uniforme. Quer isto dizer que esta é uma moeda completamente irreconhecível das demais. Trata-se de uma moeda inteiramente idêntica e fungível que, mesmo nos casos em que tem um número de série como forma de autenticá-la, ao ser transferida de uma carteira para outra, ela é idêntica às restantes criptomoedas da mesma espécie (*Bitcoin, Ethereum, etc.*).

Outra característica é a sua raridade, pois enquanto o dinheiro *fiat* é, como o nome indica, facilmente impresso de modo a financiar os gastos públicos, a criptomoeda tem um limite imposto pelo seu software, não podendo ser ultrapassado. Neste sentido a moeda virtual tem a sua oferta limitada.

Uma das desvantagens da moeda virtual prende-se com a sua aceitação⁴⁰. Já que enquanto a moeda *fiat* é amplamente conhecida e utilizada, a criptomoeda ainda é vista com desconfiança por muitos, não atingindo todos os serviços e meios, como seria de esperar. No entanto, tal situação tem vindo a sofrer alterações, com a introdução de novas tecnologias e aplicações no mercado, que tornam a moeda virtual cada vez mais fácil de ser utilizada como método de pagamento, em transações tão simples como a compra de um café⁴¹.

Outra desvantagem tem que ver com a volatilidade da moeda virtual, uma vez que o preço da moeda virtual oscila de acordo com vários fatores, entre os quais a lei da oferta e da procura, a especulação, a flutuação do valor atribuído à criptomoeda e a incerteza no domínio da tributação⁴².

Ainda outro inconveniente, realçado pelo BCE, no seu “Relatório sobre o Regime da Moeda Virtual – uma análise mais aprofundada”⁴³, diz respeito à falta de proteção das moedas virtuais. Com efeito, as criptomoedas usadas como meio de pagamento de bens e serviços não estão protegidas por quaisquer direitos de reembolso oferecidos por transferências (não autorizadas) de uma conta de pagamento convencional. Pelo que, no

⁴⁰ Neste sentido, vide Banco de Portugal, *Autoridade Bancária Europeia alerta para os riscos das moedas virtuais*, informação constante no sítio do BdP, dezembro de 2013, disponível em: <https://www.bportugal.pt/comunicado/autoridade-bancaria-europeia-alerta-para-os-riscos-das-moedas-virtuais>.

⁴¹ Neste sentido, CHIA, Bryan, *Evolução da criptomoeda: Substituir Caixa moderna*, Master the Crypto, disponível em: <https://masterthecrypto.com/evolution-cryptocurrency-replacing-modern-cash/?lang=pt>.

⁴² BARKER, Jonathan Todd, *Why Is Bitcoin's Value So Volatile?*, artigo publicado no sítio Investopedia, dezembro de 2017, disponível em: <https://www.investopedia.com/articles/investing/052014/why-bitcoins-value-so-volatile.asp>.

⁴³ Banco Central Europeu, *Virtual Currency Schemes – a further analysis*, fevereiro de 2015, disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/home/html/index.en.html>.

caso de transações não autorizadas ou incorretas (beneficiário errado, quantia errada, etc.), não existe nenhum prestador de serviços, nem tão pouco um órgão central de resolução de disputas, ao qual o adquirente possa recorrer para ver resolvido o seu problema⁴⁴. Além disso, na maioria dos esquemas de moeda virtual, as transações são difíceis de localizar, já que o beneficiário é conhecido apenas pelo seu “endereço” eletrónico, e não pelo seu nome e endereço postal. Pelo que, segundo o BCE, tais transações poderão resultar em perdas definitivas para o usuário.

4. Tipos de moedas virtuais existentes

Apesar de a *bitcoin* ser a moeda virtual mais conhecida nos dias de hoje, não é, como já vimos, a única. As designadas *altcoins* ou criptomoedas alternativas foram ganhando bastante popularidade nos últimos anos, como é, nomeadamente, o caso da *Ethereum*, *Litecoin*, *Dash*, *Zcash*, *Monero*, *Cardano*, *Nem*, *Ripple* e *Iota*⁴⁵. Mas o mundo das criptomoedas não se fica por aí. De facto, atualmente existem 2194 moedas virtuais diferentes⁴⁶.

Para melhor compreensão das moedas virtuais, cabe-nos analisar as características principais de cada uma das criptomoedas mais populares. Haverá, por isso, que começar pela *Bitcoin*, por ser, por outras palavras, a “mãe” de todas as outras moedas digitais.

A *Bitcoin* (cuja sigla é “BTC”) é a moeda virtual que atingiu as mais elevadas cotações no mercado de capitais. A *Bitcoin* foi lançada em 2009 com uma cotação de 0,0001 USD. Em abril de 2018 foi cotada em 10.300 USD. Quer isto dizer que a *Bitcoin* em nove anos sofreu uma valorização de 103 milhões por cento. Também por esse motivo é a criptomoeda mais especulada de todas⁴⁷.

A segunda moeda virtual mais conhecida designa-se *Ethereum* (cuja sigla é “ETH”). A *Ethereum* foi criada no final de 2013 por Vitalik Buterin, um rapaz russo que na altura tinha dezanove anos e vivia no Canadá. A *Ethereum* é um sistema de código aberto (em inglês, *open source*), com uma *blockchain* descentralizada e um sistema operativo que cria *smart contracts*⁴⁸. A *Ethereum* é amplamente conhecida, e distingue-se das restantes

⁴⁴ Também neste sentido, vide Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Alerta aos investidores sobre Initial Coin Offerings (ICOs)*, informação constante no sítio da CMVM, novembro de 2017, disponível em: <http://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/Comunicados/Pages/20171103a.aspx>

⁴⁵ Cfr. PACHECO, António Vilaça, *Bitcoin*, 1.ª Edição, Lisboa, Self, junho de 2018, pp. 120-136.

⁴⁶ Cfr. CoinMarketCap, *All Cryptocurrencies*, informação constante no sítio CoinMarketCap, disponível em: <https://coinmarketcap.com/>.

⁴⁷ Neste sentido, vide PACHECO, António Vilaça, *Bitcoin*, 1.ª edição, Lisboa, Editora Self, junho de 2018, pp. 120-123.

⁴⁸ Os *smart contracts* são contratos cuja execução é feita de forma automática, através, nomeadamente, de computadores que convertem as cláusulas contratuais em programas executáveis consoante os critérios

moedas, pelo facto de permitir a criação de *tokens* na sua *blockchain*, por via de Ofertas Públicas de Moeda (*Initial Coin Offerings* ou ICOs), os quais são utilizados pelas empresas em crescimento para se financiarem⁴⁹.

Seguidamente importa falar da *Litecoin* (cuja sigla é “LTC”). Esta moeda foi lançada em 7 de outubro de 2011 por Charlie Lee, um antigo trabalhador da *Google*. No seu lançamento, a *Litecoin* foi apelidada de “*Silver Coin*”, isto é, moeda de prata, para insinuar que a *Bitcoin* é ouro e a *Litecoin* é prata. O objetivo da *Litecoin* era ser igual à *Bitcoin*, mas mais barata. E foi exatamente isso que Charlie Lee conseguiu. Numa altura em que a *Bitcoin* já só conseguia ser minerada por empresas, a *Litecoin* devolveu a possibilidade de os computadores pessoais a minerarem⁵⁰.

Outra moeda virtual conhecida é a *Dash*, que significa “*Digital Cash*”, ou seja, Dinheiro Digital. A *Dash* surgiu através da *Darkoin*, mas depressa se dissociou desta, dada a conotação negativa a que poderia vir a ficar associada. A *Dash* é uma moeda que permite efetuar transações quase instantâneas e anónimas.

Em seguida convém referir a *Zcash* (cujo acrónimo é “ZEC”), por ser uma moeda bastante conhecida pelo seu anonimato e privacidade. Toda a informação da *Zcash* durante as operações é encriptada por forma a manter a transação anónima, incluindo a sua origem, quantia e destino.

Existe, ainda, a *Monero* (cuja sigla é “XMR”), uma criptomoeda que, à semelhança das duas moedas anteriores, prima pela privacidade. O criador da *Monero*, tal como o da *Bitcoin*, permanece oculto até aos dias de hoje. A *Monero* é minerada e tem a sua própria *blockchain*. Tendo em consideração que o sistema de anonimato da *Monero* é mais complexo, as carteiras que conseguem processar esta moeda são mais limitadas do que a maioria das moedas.

Em seguida, importa referir a *Cardano* (cujo acrónimo é “ADA”), a qual se caracteriza por ser uma moeda de 3.^a geração, devido ao facto de ser bastante diferente das outras moedas. Esta moeda foi criada por Charles Hoskinson, ex-cofundador da *Bitshares* e do *Ethereum* e é atualmente desenvolvida pela Universidade de Edimburgo,

estabelecidos, sem intervenção humana. Neste sentido, vide RASKIN, Max, *The Law and Legality of Smart Contracts*, 2017, pp. 2-5, disponível em: <https://papers.ssrn.com/>. Para um estudo mais aprofundado sobre *smart contracts*, vide DUARTE, Diogo Pereira, “*Smart Contracts*” e *intermediação financeira*, artigo constante no livro *FinTech II – Novos Estudos sobre Tecnologia Financeira*, 1.^a Edição, Coimbra, Almedina, março de 2019, pp. 171-180. E, ainda, ALVES, Hugo Ramos, *Smart contracts: entre a tradição e a inovação*, artigo constante no livro anteriormente referido, pp. 181-216.

⁴⁹ Matéria melhor desenvolvida no ponto 5 (*O fenómeno das Ofertas Públicas de Moeda*) *infra* do presente capítulo.

⁵⁰ Cfr. PACHECO, António Vilaça, *Bitcoin*, 1.^a Edição, Lisboa, Self, junho de 2018, pp. 126-127.

Universidade de Atenas, Universidade de Connecticut e pela empresa IOHK (*Input Output Hong Kong*). É das moedas virtuais mais complexas de todas, sendo que a sua *Blockchain Ouroboros* é considerada tão segura como a *Bitcoin*⁵¹.

Posteriormente é de destacar a *Nem* (cujo acrónimo é “XEM”), uma moeda cujas transações se concentram no Japão. A *Nem* tem uma *blockchain* própria e privada designada *Mijin* e o seu código é completamente original. Tendo a mesma sido desenvolvida por Makoto Takemiya e a sua equipa. Apesar de esta moeda ter sido criada precisamente para diminuir os custos dos bancos, foi adoptada pelo banco SBI Sumishin Net Bank para os seus serviços *online*⁵².

A *Ripple* (cuja sigla é “XRP”) é uma moeda virtual que tem a sua própria *blockchain* e caracteriza-se por ser uma moeda descentralizada e que não pode ser minerada, sendo certo que cada transação sua destrói pequenas quantidades de moeda XRP e não serão criadas mais, pelo que a tendência deste sistema monetário é de deflação.

Por fim, muitos consideram que a IOTA (palavra que tem origem no acrónimo “IOT”, isto é, *Internet of Things*, e que em português significa *Internet das Coisas*) faz parte da 3.^a geração de criptomoedas. Esta caracteriza-se por ser uma moeda descentralizada, que permite a venda segura e a partilha de informações em *streaming*, efetuando transações entre máquinas⁵³.

5. O fenómeno das Ofertas Públicas de Moeda

A Oferta Pública de Moeda (em inglês, *Initial Coin Offering* (“ICO”))⁵⁴ é um mecanismo de obtenção de financiamento para um projeto ou para um produto junto do público, através da emissão de *tokens*, os quais são adquiridos por investidores, que podem pagar com moedas com curso legal ou outras criptomoedas⁵⁵.

As ICOs são geralmente assemelhadas às ofertas públicas, previstas nos artigos 108.º e seguintes do Código dos Valores Mobiliários (“CdVM”). Porém, tratam-se de realidades distintas, uma vez que as últimas consistem na oferta pública de valores mobiliários a destinatários indeterminados (*cf.* artigo 109.º, n.º 1 do CdVM). Por outras

⁵¹ *Cfr.* PACHECO, António Vilaça, *Bitcoin*, 1.ª Edição, Lisboa, Self, junho de 2018, pp. 131-132.

⁵² *Cfr.* PACHECO, António Vilaça, *Bitcoin*, 1.ª Edição, Lisboa, Self, junho de 2018, pp. 132-133.

⁵³ *Cfr.* PACHECO, António Vilaça, *Bitcoin*, 1.ª Edição, Lisboa, Self, junho de 2018, pp. 135-136.

⁵⁴ Neste sentido, *vide* SMSG (Securities and Markets Stakeholder Group), *Advice to ESMA Own Initiative Report on Initial Coin Offerings and Crypto-Assets*, relatório constante no sítio da ESMA, outubro de 2018, pp. 11-12, disponível em: https://www.esma.europa.eu/sites/default/files/library/esma22-106-1338_smsg_advice_-_report_on_icos_and_crypto-assets.pdf.

⁵⁵ *Cfr.* Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Perguntas e respostas sobre criptoativos destinadas aos investidores*, informação constante no sítio da CMVM, disponível em: https://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/Faq/Pages/FAQs-Criptoativos_investidores.aspx.

palavras, traduz-se na venda de ações de uma empresa (geralmente uma *startup*) ao público em geral, tendo como objetivo a angariação de fundos para a empresa. Ora, as ICOs não têm como objetivo alienar as ações da respetiva sociedade, mas sim obter financiamento para um dado projeto ou produto que a empresa está a desenvolver.

As ICOs são, ainda, usualmente comparadas às plataformas de financiamento colaborativo (comumente designadas de plataformas de *crowdfunding*), que podem ser de quatro modalidades: donativo, recompensa⁵⁶, capital e empréstimo⁵⁷ – conforme disposto no artigo 3.º do Regime jurídico do financiamento colaborativo (Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto). Todavia, também destas se separam, nomeadamente porque nas plataformas de *crowdfunding* na modalidade de donativo os apoiantes efetuam doações para o respetivo beneficiário da campanha, enquanto que nas ICOs, em troca do financiamento realizado, os investidores adquirem *tokens*, isto é, direitos relativos a um determinado projeto ou produto de uma empresa.

Segundo o comunicado da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, as *Initial Coin Offerings* (ICOs)⁵⁸ “*são operações que visam a obtenção de financiamento junto do público através da emissão de tokens ou coins que, por norma, conferem direitos ou funcionalidades relacionadas com o projeto que visam financiar. Os tokens podem assim representar uma situação jurídica fungível e passível de transmissão em mercado. Sem prejuízo de eventuais orientações ou medidas que possam ser adotadas na sequência do debate internacional em curso sobre esta matéria, importa, desde já, alertar as entidades envolvidas em ICOs que, caso os tokens oferecidos configurem valores mobiliários, será aplicável o regime jurídico relevante*”.

Ora, os *tokens* ou *tokens* de investimento emitidos pelas Ofertas Públicas de Moeda são, efetivamente, criptoativos. Porém, conforme já se disse *supra*, não podem estes ser confundidos com as moedas virtuais (também designadas de moedas virtuais puras, por forma a se diferenciarem dos *tokens*), por terem uma estrutura e finalidade distintas das criptomonedas.

⁵⁶ A título de exemplo, a plataforma de financiamento colaborativo, na modalidade de donativo ou recompensa, portuguesa mais conhecida é a PPL, na qual os apoiantes podem financiar uma campanha, efetuando doações para o respetivo beneficiário. Para mais informações, consultar o sítio <https://ppl.pt/>.

⁵⁷ A nível português, a plataforma de financiamento colaborativo, na modalidade de empréstimo, mais conhecida é a Raize, na qual os investidores financiam uma determinada empresa, que os remunera através do pagamento de juros fixados no momento da angariação. Para mais informações, consultar o sítio <https://www.raize.pt/>.

⁵⁸ Vide Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Comunicado da CMVM às entidades envolvidas no lançamento de “Initial Coin Offerings” (ICOs) relativo à qualificação jurídica dos tokens*, informação constante no sítio da CMVM, julho de 2018, disponível em: <https://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/Comunicados/Pages/20180723a.aspx>.

III. TRIBUTAÇÃO DA MOEDA VIRTUAL

1. Enquadramento legal da moeda virtual

Importa, antes de mais, ter em consideração que o princípio da estrita legalidade da tributação é a pedra angular do nosso Direito Tributário. O que significa que um determinado rendimento não pode estar sujeito a imposto sem que tal esteja expressamente consagrado na Lei. De facto, nos termos consagrados no artigo 103.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa (“CRP”), os impostos são criados por lei, que determina a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes. Assim, para que os rendimentos obtidos através da moeda virtual possam ser tributados, é essencial que a Lei preveja tal situação. Ademais, e conforme defende Casalta Nabais⁵⁹, o princípio da legalidade fiscal assenta na ideia de autoimposição, autotributação ou autoconsentimento dos impostos, o que significa que os impostos devem ser consentidos pelos próprios contribuintes.

Outro princípio que norteia o nosso sistema jurídico é o princípio da segurança jurídica, na vertente da proteção da confiança. Este princípio dita que os sujeitos passivos podem confiar na estabilidade, continuidade, permanência e regularidade das situações e relações jurídicas vigentes. O que determina, nomeadamente, que se a tributação de um concreto rendimento não se encontra definida na Lei, não pode recair sobre o contribuinte nenhum imposto.

Mas o mesmo tem que ser graduado com o princípio do Estado de Direito democrático e pluralista, que estabelece, entre outras, a faculdade de a Assembleia da República ou de o Governo, munido da devida autorização legislativa para o efeito, poderem criar novos impostos. Porém, certo é que os impostos não podem ter natureza retroativa. Decorrencia do artigo 103.º, n.º 3 da CRP, o qual consagra que ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não hajam sido criados nos termos da CRP, que tenham natureza retroativa ou cuja liquidação e cobrança se não façam nos termos previstos na lei. Pelo que a incidir sobre um determinado rendimento um novo imposto (por a situação não se encontrar abrangida por nenhum), o mesmo só poderá produzir efeitos em data a determinar pelo diploma legislativo, mas sempre em dia posterior à publicação do mesmo.

⁵⁹ Vide NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, 4.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2006, pág. 138.

Posto isto, cabe-nos, antes de mais, assinalar que no sistema jurídico português não existe nenhuma norma fiscal que verse diretamente sobre as moedas virtuais, nem tão pouco existe uma Lei sobre a criptomoeda.

Também ao nível da União Europeia não existe nenhum diploma legal em matéria tributária sobre a moeda virtual.

De facto, no contexto europeu, a tributação da moeda digital apenas é referida em comunicados e informações publicados pelas instituições e outras autoridades europeias. Como é o caso da Autoridade Bancária Europeia⁶⁰, a qual, em relatório, assumiu a posição de que o titular de moedas virtuais pode inesperadamente tornar-se sujeito passivo de imposto. Salientando a EBA a ideia de que o tratamento legal das moedas virtuais, nomeadamente do ponto de vista tributário, é incerto e inconsistente. Já que, e em particular, o facto tributável e a localização das operações podem não ser claros. O que, segundo a EBA, pode levar as autoridades a tratar as moedas virtuais como propriedade, obrigando os seus usuários a pagar imposto sobre os rendimentos de capitais obtidos.

No mesmo sentido, o Banco Central Europeu ressalva, ainda, que, devido à falta de informações sobre as obrigações legais para cada entidade, os utilizadores de criptomoeda podem ser confrontados com requisitos legais inesperados que tornam os contratos ilegais ou inexecutáveis. Na maioria das jurisdições, o regime de tributação ainda não está claramente definido e pode mudar inesperadamente, induzindo custos adicionais para os adquirentes de serviços de moeda virtual. Para além disso, entende o BCE que, devido à generalizada falta de regulamentação, os usuários estão expostos a perdas resultantes de fraudes organizadas por tais atores, de roubo ou de falência dessas entidades. Por fim, denota o BCE que não existem mecanismos de compensação no caso da contraparte não cumprir as suas obrigações (por exemplo, na situação de insolvência ou fraude)⁶¹.

Mas, numa outra área do Direito, já existe a nível europeu um diploma que versa sobre as moedas virtuais. É o caso da Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio, que altera a Diretiva (UE) 2015/849, de 20 de maio, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo⁶². A qual vem prever mecanismos de combate ao

⁶⁰ Autoridade Bancária Europeia, *EBA opinion on 'virtual currencies'*, relatório da EBA, julho de 2014, disponível em:

<https://eba.europa.eu/documents/10180/657547/EBA-Op-2014-08+Opinion+on+Virtual+Currencies.pdf>.

⁶¹ Neste sentido, vide Banco Central Europeu, *Virtual Currency Schemes – a further analysis*, relatório do BCE, fevereiro de 2015, disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/home/html/index.en.html>.

⁶² As alterações introduzidas à Diretiva (UE) 2015/849, de 20 de maio, pela Diretiva (EU) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio, ainda não foram transpostas para o direito interno, mais especificamente para a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, mas prevê-se que será transposta brevemente.

branqueamento de capitais e ao financiamento de terrorismo através da utilização da moeda virtual. Entre os mecanismos previstos na Diretiva, destacam-se exatamente os de identificação e registo dos prestadores de serviços de câmbio entre moedas virtuais e moedas fiduciárias.

Conforme *supra* referido, a moeda virtual é um produto relativamente recente nos mercados. Situação que gera variadas dúvidas em termos de tributação no ordenamento jurídico português.

Pelo que, importa, desde logo, analisar que tipo de rendimentos pode a moeda virtual gerar, por forma a ulteriormente compreendermos que impostos podem recair sobre a mesma.

2. Tipos de rendimentos gerados pela moeda virtual

A moeda virtual pode gerar diversos tipos de rendimentos. Com efeito, a compra e venda de moeda virtual, o que é o mesmo que dizer, o câmbio de moeda virtual por moeda fiduciária, ou vice-versa, efetuado por pessoas singulares ou coletivas, poderá implicar a obtenção de ganhos. Pelo que se impõe a questão de saber se esses ganhos devem ou não ser objeto de imposto⁶³.

Para além disso, a mineração de moeda virtual (*mining*, em inglês), isto é, a produção de moeda virtual a partir de outra moeda virtual, utilizando para tal um programa de computador⁶⁴, também, em princípio, tem como intuito a obtenção de rendimentos. Cabe-nos, por isso, indagar se, à luz do sistema fiscal português, estes ganhos devem ou não ser tributados.

Outra situação prende-se com a obtenção de comissões por parte das corretoras que, por via de uma plataforma eletrónica, servem de intermediárias nas transações entre vendedores e compradores de moedas virtuais. Uma vez que as corretoras auferem rendimentos por cada transação de moeda virtual efetuada, importa averiguar se os mesmos são ou não passíveis de imposto⁶⁵.

⁶³ Conforme já se frisou, apenas serão analisadas as normas fiscais atualmente vigentes em Portugal, pelo que não se irá desenvolver a eventual inserção da compra e venda de moedas virtuais no panorama que envolve a criação do Imposto sobre Transações Financeiras (*Financial Transaction Tax* ou “FTT”). Para um estudo aprofundado sobre este tema, vide SARMENTO, Joaquim Miranda, *Imposto sobre Transações Financeiras, FTT – Financial Transaction Tax*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, fevereiro de 2019.

⁶⁴ Matéria que será desenvolvida no ponto 3.1. (*Rendimentos de Capitais – Categoria E – Incidência objetiva*) do IV capítulo *infra*.

⁶⁵ A este propósito, vide AFONSO, Sandra, *Bitcoin. A moeda do futuro ou uma das maiores bolhas da história?*, artigo constante no sítio do jornal Renascença, janeiro de 2018, disponível em: <https://rr.sapo.pt/artigo/102543/bitcoin-a-moeda-do-futuro-ou-uma-das-maiores-bolhas-da-historia>.

Por outro, pode equacionar-se se a alienação de bens ou serviços em moedas virtuais são operações capazes de gerar rendimentos. Todavia, não nos parece que tal possa enquadrar-se no leque de rendimentos gerados pelas criptomoedas. Com efeito, no caso do comércio eletrónico, o preço dos produtos e serviços fixado em moeda fiduciária é convertido, através de um *software* próprio para o efeito, para o valor correspondente em moeda virtual naquele preciso dia. Mecanismo parecido ocorre no comércio tradicional, em que o comerciante converte o preço dos produtos ou serviços fixado em moeda com curso legal para o valor equivalente em criptomoeda, de acordo com o preço da mesma naquele determinado dia. Assim, ao se constatar que o valor pago em moedas virtuais está inteiramente dependente do valor fixado em moeda tradicional, facilmente se depreende que o prestador de bens ou serviços não obtém qualquer rendimento proveniente de criptomoedas ao facultar essa opção de pagamento ao consumidor. De facto, o único rendimento gerado nestes casos é, precisamente, o lucro obtido pela alienação dos respetivos bens ou serviços. Ressalve-se, ainda, que esta situação é diferente daquela em que o prestador de bens ou serviços que recebeu criptomoedas procede ao câmbio das mesmas por moedas fiduciárias, situação esta enquadrável no primeiro tipo de rendimento *supra* referido.

Diferentemente, e para que não exista confusão, ainda que possa parecer que a aquisição onerosa de carteiras de moedas virtuais (“*e-wallets*”, em inglês) é um tipo de rendimento proveniente da criptomoeda, tal não é verdade (a não ser nos casos em que as referidas carteiras são adquiridas com moeda virtual em vez de moeda fiduciária, situação debatida no parágrafo anterior). Com efeito, as carteiras de moedas virtuais, conforme já *supra* se referiu, são produtos que podem ser eletrónicos ou físicos e que são comercializadas no âmbito de uma atividade empresarial. Sendo objeto de tributação o rendimento auferido na alienação da carteira de moedas virtuais e não as criptomoedas em si, razão pela qual não está abrangida no leque de temas que aqui iremos abordar.

Apesar de, como já frisámos *supra*⁶⁶, os *tokens* serem criptoativos distintos das moedas virtuais, com uma estrutura e regime próprios, não faria sentido não fazer uma alusão ao enquadramento jurídico-fiscal dos mesmos, por forma a diferenciarmos o seu regime daquele que é aplicável às moedas virtuais e, consequentemente, procedermos a um melhor enquadramento jurídico das moedas digitais no panorama do direito tributário português. Deste modo, cumpre assinalar que a alienação de *tokens* pode, porventura,

⁶⁶ Vide ponto 1 (*O conceito de moeda virtual*) do II capítulo da presente dissertação.

gerar rendimentos, nomeadamente em sede de categoria G do IRS⁶⁷, pelo que cumpre examinar se os mesmos devem ou não ser tributados em face do direito interno.

A Autoridade Tributária e Aduaneira⁶⁸, através de informação vinculativa no âmbito do processo n.º 5717/2015, de 27 de dezembro de 2016, defendeu que as criptomoedas podem gerar três tipos de rendimentos tributáveis. São eles os seguintes: i) rendimentos por ganhos obtidos com compra e venda de unidades monetárias virtuais ou troca de criptomoeda por moeda tradicional; ii) rendimentos por obtenção de comissões pela prestação de serviços relacionados com a obtenção ou curso normal da criptomoeda; iii) rendimentos por ganhos derivados de vendas de produtos ou serviços em criptomoeda.

Da nossa parte, entendemos que existem mais fontes de rendimento para além daquelas que a Autoridade Tributária e Aduaneira refere, conforme expusemos *supra*.

Assim, colocar-se-á a hipótese de saber se os rendimentos provenientes de moedas virtuais deverão ou não ser tributados em sede de IRS, IRC e IVA.

Pelo que iremos aprofundar, seguidamente, de que forma a moeda virtual poderá ser tributada à luz do ordenamento jurídico português, em particular de acordo com as normas constantes no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“CIRS”), no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“CIRC”) e no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (“CIVA”).

IV. TRIBUTAÇÃO DA MOEDA VIRTUAL EM SEDE DE IRS

A natureza dos rendimentos gerados pela moeda virtual suscita dúvidas sobre a sua possível inserção no âmbito: i) da categoria B, relativa aos rendimentos empresariais e profissionais; ii) da categoria E, relativa aos rendimentos de capitais; iii) da categoria G, relativa aos incrementos patrimoniais. Categorias estas que iremos seguidamente analisar.

1. Incidência subjetiva

⁶⁷ Não se irá desenvolver os rendimentos gerados pela alienação onerosa de *tokens* (os designados *tokens* de investimento ou *tokens* híbridos) em sede da categoria B do IRS, do IRC e do IVA, porquanto a presente dissertação não versa sobre este tipo de criptoativos, não fazendo, por isso, sentido examinar a tributação dos *tokens* nas demais categorias. Valendo, sim, a pena destrinçar a eventual tributação dos *tokens* em sede de mais-valias, por forma a diferenciarmos os tokens das moedas virtuais no que concerne à possível qualificação dos mesmos como valores mobiliários e sua, consequente, sujeição a tributação e às regras previstas no Código dos Valores Mobiliários (“CdVM”).

⁶⁸ Vide Autoridade Tributária e Aduaneira, *Tributação das cripto-moedas ou moedas virtuais*, Informação Vinculativa no Processo n.º 5717/2015, Despacho de 27 de dezembro de 2016, disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/rendimento/cirs/Documents/PIV_09541.pdf.

Em virtude de a incidência subjetiva ou incidência pessoal do IRS ser transversal a todas as categorias previstas no Código do IRS, iremos começar por definir o que são sujeitos passivos à luz do referido diploma. Sendo certo que o que aqui for dito serve para qualquer uma das categorias de IRS que mais adiante versaremos.

Dispõe o artigo 13.º, n.º 1 do CIRS que são sujeitos passivos de IRS as pessoas singulares que residam em território português e as que, embora aí não residindo, obtenham rendimentos considerados como obtidos em território português.

Com efeito, o referido normativo legal adota o critério da residência para sujeitos passivos residentes e o critério da fonte para sujeitos passivos não residentes⁶⁹.

Muito sumariamente, o critério da residência está previsto no artigo 16.º do CIRS, o qual consagra que são residentes em território português as pessoas que, no ano a que respeitam os rendimentos, hajam nele permanecido mais de 183 dias, seguidos ou interpolados, em qualquer período de 12 meses com início ou fim no ano em causa. Ou tendo permanecido por menos tempo, aí disponham, num qualquer dia do período de 12 meses, de habitação em condições que façam supor intenção atual de a manter e ocupar como residência habitual.

Relativamente aos sujeitos passivos residentes, vigora o princípio da universalidade ou da tributação universal, que consiste no facto de o IRS incidir sobre a totalidade dos rendimentos dos residentes, incluindo os obtidos fora de território português, conforme previsto no artigo 15.º, n.º 1 do CIRS. Porém, tal princípio compreende exceções nas hipóteses em que o sujeito passivo é tributado no Estado da Fonte e não no Estado da Residência, por aquele atribuir competência exclusiva na tributação de um determinado rendimento, conforme previsto na respetiva Convenção de Dupla Tributação (“CDT”).

Por outro, o critério da fonte que vincula os sujeitos passivos não residentes encontra-se previsto no artigo 18.º do CIRS, o qual refere os rendimentos que se consideram obtidos em território português e que, como tal, podem ser tributados em sede de IRS por um não residente. Claro está que também aqui, se houver, é aplicável a respetiva Convenção de Dupla Tributação, a qual irá determinar qual dos Estados é responsável pela tributação de um determinado rendimento.

2. Rendimentos Empresariais e Profissionais – Categoria B

⁶⁹ Neste sentido, vide PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2018, pp. 56-60.

Iremos começar por examinar se a transmissão de moeda virtual pode ser tributada no âmbito dos rendimentos empresariais e profissionais, também designados de categoria B do IRS.

2.1. Incidência objetiva

Começa o artigo 3.º, n.º 1, alínea a) do CIRS por nos esclarecer que são considerados rendimentos empresariais e profissionais auferidos por pessoas singulares os decorrentes do exercício de qualquer atividade comercial, industrial, agrícola, silvícola ou pecuária.

Pela própria natureza da moeda virtual, nunca esta poderia ser considerada uma atividade industrial, agrícola, silvícola ou pecuária, porquanto esta não se coaduna com nenhuma das referidas atividades.

Importa, por isso, perceber se a moeda virtual pode enquadrar-se no âmbito de uma atividade comercial.

Se atentarmos às finalidades pelas quais a moeda virtual existe, iremos deparar-nos com objetivos estritamente comerciais.

Com efeito, começemos por analisar o primeiro tipo de rendimento gerado por moeda virtual – a compra e venda de moedas virtuais ou o câmbio de moeda fiduciária por moeda digital. As pessoas transacionam variadas espécies de moedas virtuais com o intuito de auferirem rendimentos pela venda das mesmas. De facto, a moeda virtual circula no comércio virtual e é sujeita às subidas e descidas do mercado de valores, como qualquer outro produto transacionável. Pelo que, reunidas determinadas circunstâncias, certamente se poderá considerar que se trata de um rendimento resultante de uma atividade comercial.

Do mesmo modo, a obtenção de moeda virtual através da mineração da mesma poderá ser considerada um rendimento empresarial, se estiverem verificadas certas circunstâncias. Dadas as especificidades dos materiais que são utilizados para produzir moedas virtuais, tal, à partida, impede que um qualquer indivíduo o faça. Por efeito, atentas as características especiais dos computadores necessários para efetuar a mineração (os quais devem ter uma placa gráfica capaz de aguentar o programa de *software* onde corre a mineração de criptomoeda), em princípio são empresários em nome individual que se dedicam a esta atividade. Porém, não se exclui a hipótese de um qualquer particular também poder minerar moedas virtuais. Conforme, inclusive, várias

notícias vieram afirmar que era acontecia⁷⁰. Neste caso, preenchidas também certas circunstâncias, poderá considerar-se que o particular está a exercer uma atividade empresarial, pelo que tributável em sede da categoria B do IRS.

No que concerne às comissões obtidas pelas sociedades corretoras que, através de plataformas eletrónicas, intermediam o câmbio entre moeda fiduciária e moeda virtual, ou vice-versa, tal matéria será tratada em sede de IRC, por se tratarem exclusivamente de pessoas coletivas a exercerem essa atividade.

Mas que circunstâncias são essas que *supra* se referem? Por certo não bastará que uma pessoa transacione ou minere moedas virtuais meia dúzia de vezes para que se considere que esta exerce uma atividade comercial e, nessa medida, o rendimento que auferir decorrente da alienação da moeda deva ser tributado à taxa legal em vigor.

Efetivamente, para que um determinado rendimento se considere auferido por via do exercício de uma atividade comercial, é necessária a verificação de determinados requisitos. Muito embora a legislação tributária não discorra sobre o que deve considerar-se abrangido pelo exercício de uma atividade empresarial, a doutrina e a jurisprudência têm vindo a concretizar este conceito.

De acordo com as principais correntes jurisprudenciais, o exercício de uma atividade empresarial pressupõe como critérios a estabilidade ou habitualidade da atividade e, bem assim, a obtenção de um fim lucrativo.

Com efeito, o conceito de exercício de uma atividade empresarial está necessariamente ligado a uma ideia de exercício estável ou habitual dessa atividade como meio de vida. Mesmo nas situações em que existem interrupções, como é o caso das atividades sazonais, pois as mesmas não deixam, por isso, de constituir um desempenho normal e regular de uma ou mais atividades comerciais.

Como melhor explicitado por Fernando Olavo⁷¹, o fim lucrativo não se afere em relação a cada ato de *per si*, mas à atividade no seu conjunto, pois pode o comerciante ter decidido praticar certos atos com prejuízo, para, mais tarde, obter, pelo desenvolvimento da sua atividade, maiores proveitos, o que se insere na sua estratégia negocial, para este efeito, absolutamente indiferente para o direito.

⁷⁰ Neste sentido, vide, a título de exemplo, OLIVEIRA, Ana Batalha, *Minar moeda digital? Em Portugal já esgotaram as picaretas*, artigo constante no sítio Eco, setembro de 2017, disponível em: <https://eco.sapo.pt/2017/09/16/minar-moeda-digital-em-portugal-ja-esgotaram-as-picaretas/>.

⁷¹ Cfr. OLAVO, Fernando, *Direito Comercial*, Vol. I, 2.ª Edição, Coimbra, Livraria Petrony, 1970, pp. 401-405.

No mesmo sentido, o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 11 de janeiro de 2017⁷², defende que a atividade empresarial deve ter um fim lucrativo que esteja diretamente associado aos atos que identificam ou qualificam a atividade em apreço. Como tal, não é suficiente que o fim lucrativo seja acessório ou colateral da referida atividade, mas sim o objeto principal, e muitas vezes exclusivo, de toda a atividade empresarial. Não deixa de ter a finalidade lucrativa a atividade comercial que num determinado período reporte como resultados obtidos apenas prejuízos económicos. Por outras palavras, é necessário que o objetivo visado pelo sujeito passivo seja a obtenção de lucro e, consequentemente, o seu enriquecimento, mesmo que, como já vimos, tal no final não ocorra.

Note-se que se ressalvam dos casos acima expostos os sujeitos passivos que, *ab initio*, entregam a declaração de início de atividade nas Finanças para que os rendimentos provenientes da venda da criptomoeda sejam tributados de acordo com a categoria B (*cfr.* artigo 112.º, n.º 1 do CIRS).

Por outro, o artigo 3.º, n.º 2 do CIRS elenca outros rendimentos que também podem ser tributados nos termos da categoria B. De facto, a categoria B é a categoria “rainha” no Código do IRS, a qual prevalece sobre as outras categorias numa situação de concorrência com as últimas⁷³. Porquanto, basta que os rendimentos obtidos sejam imputados a atividades empresariais ou profissionais exercidas por pessoa singular para que lhes seja aplicável o regime previsto na categoria B do IRS. Associada a esta característica, está o facto de a categoria B tributar os rendimentos em função do exercício de uma atividade e não em função da origem do rendimento, ao contrário das outras categorias.

Assim, e a título de exemplo, no caso de rendimentos de capitais auferidos no âmbito de atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, estes consideram-se rendimentos da categoria B, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2 do CIRS.

Nesta medida, apesar de os rendimentos de capitais possuírem uma categoria autónoma (categoria E), a verdade é que quando está em causa uma atividade empresarial ou profissional, a categoria E é afastada pela categoria B, que toma o seu lugar na

⁷² Neste sentido, o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 11 de janeiro de 2017, Processo n.º 01622/15, disponível em: <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbb22e1bb1e680256f8e003ea931/c29b1e8e475afd25802580a70053c268?OpenDocument&ExpandSection=1>.

⁷³ Neste sentido, *vide* PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2018, pp. 87-88.

tributação dos rendimentos de capitais auferidos pelo sujeito passivo no âmbito de uma atividade empresarial ou profissional.

Assim sendo, para que um sujeito passivo seja tributado pelos rendimentos provenientes da compra e venda ou da mineração de moeda virtual, é essencial que o mesmo exerça uma atividade comercial de caráter habitual ou estável, a qual deve ter necessariamente como finalidade a obtenção de lucro.

2.2. Momento da tributação

De acordo com o Código do IRS, em especial o seu artigo 3.º, n.º 6, os rendimentos da categoria B ficam sujeitos a tributação: i) desde o momento em que, para efeitos de IVA, seja obrigatória a emissão de fatura ou documento equivalente ou, ii) não sendo obrigatória a sua emissão, desde o momento do pagamento ou colocação à disposição dos respetivos titulares, sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 18.º do Código do IRC, sempre que o rendimento seja determinado com base na contabilidade.

Assim, caso o sujeito passivo esteja enquadrado no âmbito do regime de obrigação de emissão de fatura, este é tributado, regra geral, no momento da sua realização. Matéria que será detalhada no ponto 4 (momento da tributação) do capítulo VI, relativa à tributação da moeda virtual em sede de IVA.

Na situação de o sujeito passivo se encontrar fora do âmbito de aplicação da obrigação de emissão de fatura, o mesmo é sujeito a imposto desde o momento do pagamento ou da colocação à sua disposição.

2.3. Determinação do rendimento tributável

A determinação do rendimento tributável na categoria B é realizada de acordo com um dos regimes preceituados no Código do IRS. São eles a contabilidade organizada, prevista nos artigos 32.º e 33.º do CIRS, o regime simplificado de tributação, disposto no artigo 31.º do CIRS, os atos isolados, regulados no artigo 30.º do CIRS, a imputação especial, plasmada no artigo 20.º e a opção pela tributação segundo as regras da categoria A, consagrada no artigo 28.º, n.º 8 do CIRS⁷⁴.

Foquemo-nos apenas nos dois regimes primordiais, que são eles a contabilidade organizada e o regime simplificado. Nestes dois casos a determinação dos rendimentos

⁷⁴ Cfr. PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2018, pp. 91-95.

empresariais e profissionais é feita de acordo com as normas previstas no artigo 28.º do CIRS.

Se o sujeito passivo estiver abrangido no regime da contabilidade organizada, pode deduzir as perdas que obtiver com, nomeadamente, o câmbio da criptomoeda, as quais podem ser reportadas aos anos seguintes, conforme dispõe o artigo 55.º do CIRS.

Já no caso do sujeito passivo adotar o regime simplificado, não pode este deduzir as perdas decorrentes das operações de moeda virtual. De facto, nesta hipótese a pessoa singular apenas pode deduzir os prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores àquele em que se iniciou a aplicação do regime simplificado, conforme refere o artigo 55.º, n.º 4 do CIRS.

Relativamente aos sujeitos passivos residentes, em qualquer um dos regimes – quer seja o regime da contabilidade organizada, quer seja o regime simplificado –, o rendimento da categoria B por estes obtido é obrigatoriamente sujeito a englobamento, nos termos do disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 3, alínea b), *a contrario sensu*, do CIRS. Assim, o rendimento global líquido do sujeito passivo é tributado às taxas gerais progressivas de IRS, estabelecidas no artigo 68.º do CIRS.

Quanto aos sujeitos passivos não residentes em território português, estes encontram-se excluídos do regime do englobamento, por via do artigo 22.º, n.º 3, alínea a) do CIRS. Neste caso, os rendimentos empresariais advenientes da alienação ou mineração da criptomoeda são tributados por retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 25%, conforme dispõe o artigo 71.º, n.º 4, alínea a) do CIRS.

2.4. Posição da Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa

Em 27 de dezembro de 2016, por despacho da Subdiretora Geral do IR, no âmbito do processo n.º 5717/2015, a Autoridade Tributária e Aduaneira emitiu uma informação vinculativa sobre o enquadramento fiscal dos rendimentos que se obtêm com a compra e venda de moeda virtual⁷⁵.

A referida informação vinculativa começa por tecer algumas considerações gerais sobre as características da categoria B do IRS. Salientando, nomeadamente, o facto de a categoria B prevalecer sobre as restantes numa situação de concorrência com as últimas, conforme *supra* mencionado. E, ainda, o facto de a categoria B tributar os rendimentos

⁷⁵ Cfr. Autoridade Tributária e Aduaneira, *Tributação das cripto-moedas ou moedas virtuais*, Informação Vinculativa no Processo n.º 5717/2015, Despacho de 27 de dezembro de 2016, disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/rendimento/cirs/Documents/PIV_09541.pdf.

em função do exercício de uma atividade e não em função da origem do rendimento. Tal é referido para evidenciar que a categoria B tanto pode tributar rendimentos provenientes de vendas, como de qualquer outra natureza, ou mesmo frutos, conforme disposto no artigo 3.º, n.º 1 do CIRS.

Seguidamente vem a Autoridade Tributária e Aduaneira afirmar que o exercício de uma atividade é determinado por dois pressupostos: a habitualidade e a orientação da atividade à obtenção de lucros. Considera, e bem, que só se se verificar a existência de uma atividade empresarial ou profissional é que o contribuinte está sujeito à tributação nos termos da categoria B. E, consequentemente, fica obrigado a cumprir as obrigações declarativas constantes no artigo 3.º, n.º 6 do CIRS. Quer isto dizer que o sujeito passivo deve emitir fatura ou fatura-recibo sempre que realizar uma venda ou prestar um serviço.

Termina a AT, o seu raciocínio, concluindo que a alienação de moeda virtual não é tributável face ao ordenamento fiscal português, a não ser que pela sua habitualidade constitua uma atividade profissional ou empresarial do contribuinte, caso em que esta será tributada na categoria B do IRS.

Ora, apesar de a Autoridade Tributária e Aduaneira, na sua informação vinculativa, defender que existem três tipos de rendimentos gerados por criptomoedas, a mesma apenas desenvolve um deles – a compra e venda de moeda virtual. Sobre esta matéria, a AT defende (e, a nosso ver, bem) que os rendimentos auferidos pela venda de moedas virtuais não são tributados, excepcionando-se os casos em que devido ao carácter habitual com que tais atos têm lugar, os mesmos se integrem numa atividade profissional ou empresarial do sujeito passivo e, por esse motivo, objeto de tributação nos termos da categoria B do IRS.

3. Rendimentos de Capitais – Categoria E

3.1. Incidência objetiva

Dispõe o artigo 5.º, n.º 1 do CIRS que se consideram rendimentos de capitais os frutos e demais vantagens económicas, qualquer que seja a sua natureza ou denominação, sejam pecuniários ou em espécie, procedentes, direta ou indiretamente, de elementos patrimoniais, bens, direitos ou situações jurídicas, de natureza mobiliária, bem como da respetiva modificação, transmissão ou cessação, com exceção dos ganhos e outros rendimentos tributados noutras categorias.

Efetivamente, os rendimentos de capitais caracterizam-se por serem frutos ou vantagens económicas⁷⁶. Isto porque provêm de um determinado capital que produz rendimentos sem que haja a morte daquele, tal qual uma árvore que se mantém intacta quando dá frutos. É a situação típica dos juros, lucros e outros rendimentos previstos no artigo 5.º, n.º 2 do CIRS.

Colhendo a posição de Rui Duarte Morais⁷⁷, “há rendimentos de capitais [...] quando uma coisa deva ser havida por capital e produza vantagens económicas sem que tal implique para o respetivo titular a perda dessa fonte. Havendo alienação da fonte, o ganho obtido constituirá, em princípio, uma mais-valia”.

Trata-se, conforme defende Paula Rosado Pereira⁷⁸, de um rendimento passivo, pois, em contraposição com os rendimentos tributados nos termos da categoria B, o contribuinte neste caso não tem encargos ou despesas na obtenção ou produção dos mesmos. Razão pela qual se consideram rendimentos passivos, enquanto os rendimentos empresariais e profissionais se caracterizam por ser rendimentos ativos.

Considerando José Guilherme Xavier de Basto⁷⁹ que os rendimentos de capitais são, em geral, rendimentos típicos do “*sleeping partner*”, isto é, do capitalista passivo, cujo paradigma são os juros e os lucros distribuídos.

Ora, como já vimos, os rendimentos provenientes da criptomoeda resultam, em princípio, da alienação da mesma e não da produção de um eventual fruto. Pelo que, os rendimentos auferidos por via da venda da moeda virtual devem ser considerados rendimentos ativos, não sendo, consequentemente, aplicável o regime previsto na Categoria E do IRS.

Porém, tal já não é tão linear nos casos em que determinadas moedas virtuais, como por exemplo a *Ethereum*, podem ser obtidas através do processo designado *mining*. Conforme conceito *supra* desenvolvido, a mineração da moeda virtual (em inglês *mining*) consiste na produção de criptomoeda através de um programa de computador que, tal qual uma picareta junto do ouro, se dedica a minerar a moeda virtual. Quer isto que, na prática, a moeda virtual pode produzir frutos suscetíveis de sujeição a IRS? Esta é uma questão, a nosso ver, controversa. Efetivamente, a moeda virtual não deixa de existir quando se

⁷⁶ Neste sentido, vide PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2018, pág. 103.

⁷⁷ Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *Sobre o IRS*, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, maio de 2014, pág. 96.

⁷⁸ Cfr. PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2018, pp. 104-106.

⁷⁹ Vide BASTO, José Guilherme Xavier de, *IRS – Incidência Real e Determinação dos Rendimentos Líquidos*, 1.ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, setembro de 2007, pp. 226-227.

minera mais. Pelo que, à semelhança do que acontece com uma árvore, a criptomoeda também tem a capacidade de gerar frutos.

Acontece que nem todos esses frutos possuem natureza mobiliária (*cf.* artigo 5.º, n.º 1 do CIRS). Com efeito, se a moeda virtual minerada pode ser utilizada como moeda corrente, para o sujeito passivo adquirir, nomeadamente, um bilhete de avião ou uma estadia num hotel, não é menos verdade que a mesma pode ser alienada como qualquer outro produto financeiro. Ora, no primeiro caso, em que a criptomoeda é utilizada para o sujeito passivo efetuar transações, poderá entender-se que a mesma possui efetivamente natureza mobiliária. Já no segundo caso, é óbvio que a moeda virtual não se trata, por efeito, de um bem mobiliário, porquanto só o produto da venda da mesma gera rendimento. Daí que só na primeira situação poderia, à partida, o rendimento obtido pela moeda minerada ser sujeito a tributação.

Por outro, ao contrário dos rendimentos de capitais, que geram, nomeadamente, juros ou lucros sem que grandes despesas sejam criadas, a moeda virtual resultante da mineração envolve elevados gastos de eletricidade para ser gerada e avultados investimentos em computadores com placas gráficas próprias para suportar a mineração das mesmas (as melhores parecem ser as RX 470, RX 480, RX 570 e RX 580⁸⁰).

Ora, como veremos com mais detalhe no ponto 3.3., a categoria E não admite deduções específicas e deduções de perdas para efeitos de determinação do rendimento coletável. Tal prende-se com o facto de os rendimentos de capitais terem como pressuposto o facto de serem rendimentos passivos, ao contrário dos rendimentos da categoria B, que se consideram rendimentos ativos. Isto deve-se ao facto de o sujeito passivo não ter que incorrer em despesas para os obter, visto que a essência dos rendimentos de capitais está associada à ideia de que não existem encargos na sua obtenção. Posto isto, facilmente se compreenderá que a moeda virtual minerada não é passível de tributação nos termos da categoria E. Isto porque o sujeito passivo incorre em avultadas despesas para a obter e esta categoria não permite que o contribuinte efetue deduções específicas, nem deduções de perdas, porquanto trata-se de um rendimento passivo por natureza, o que não coaduna com a natureza da moeda digital minerada, a qual pode, inclusive, ser considerada um rendimento ativo. Assim, é por mais evidente que se deve afastar a ideia de que o rendimento proveniente da mineração da moeda virtual pode ser tributado à luz da categoria E do IRS.

⁸⁰ *Cfr.* OLIVEIRA, Ana Batalha, *Minar moeda digital? Em Portugal já esgotaram as picaretas*, artigo constante no sítio Eco, setembro de 2017, disponível em: <https://eco.sapo.pt/2017/09/16/minar-moeda-digital-em-portugal-ja-esgotaram-as-picaretas/>.

3.2. Momento da tributação

O momento da tributação dos rendimentos de capitais varia consoante o rendimento em causa, estabelecendo o artigo 7.º do CIRS o momento em que se verifica o facto tributário para cada um dos rendimentos⁸¹.

Assim, e a título de exemplo, os juros e outras formas de remuneração decorrentes de contratos de mútuo, abertura de crédito e outros que proporcionem, a título oneroso, a disponibilidade temporária de dinheiro ou outras coisas, ficam sujeitos a tributação na data de vencimento (*cfr.* artigos 7.º, n.º 3, alínea a), 1) e 5.º, n.º 2, alínea a) do CIRS). Os lucros e reservas colocados à disposição dos associados ou titulares e adiantamentos por conta de lucros ficam sujeitos a tributação desde que são colocados à disposição do seu titular (*cfr.* artigos 7.º, n.º 3, alínea a), 2) e 5.º, n.º 2, alínea h) do CIRS). Os rendimentos do contrato de reporte ficam sujeitos a tributação desde o apuramento do respetivo quantitativo (*cfr.* artigo 7.º, n.º 3, alínea a), 3) do CIRS). O ganho decorrente de operações de *swaps* de taxa de juro ficam sujeitos a tributação desde o momento da liquidação da operação (*cfr.* artigos 7.º, n.º 3, alínea a), 4) e 5.º, n.º 2, alínea q) do CIRS). Os rendimentos de seguros e operações do ramo “Vida”, de fundos de pensões ou de outros regimes complementares de segurança social, sem prejuízo das exclusões parciais de tributação legalmente previstas ficam sujeitos a tributação no momento da colocação à disposição ou do apuramento do quantitativo (*cfr.* artigos 7.º, n.º 3, alínea b) e 5.º, n.º 3 do CIRS). Os juros contáveis e a diferença entre o valor de reembolso e o preço de emissão dos títulos, nos termos em que são considerados rendimentos de capitais ficam sujeitos a tributação desde a data de transmissão, exceto quando esta se realizar entre sujeitos passivos de IRS e não seja imputável ao exercício de uma atividade empresarial e profissional (*cfr.* artigos 7.º, n.º 3, alínea c) e 5.º, n.º 5 do CIRS).

Ora, no caso da moeda virtual resultante de *mining*, dúvidas se impunham relativamente ao momento da sua eventual tributação (situação esta que já foi afastada, como *supra* vimos, mas que se coloca por mera hipótese académica). Com efeito, só quando a moeda virtual minerada é utilizada, é que a mesma poderia assumir um determinado valor e, mais importante ainda, passa a ter natureza mobiliária. De facto, dadas as flutuações constantes no mercado eletrónico, as moedas virtuais apresentam variações de valores, consoante os dias. Quer isto dizer que em determinados dias as

⁸¹ Neste sentido, *vide* PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2018, pp. 116-121.

moedas virtuais estão mais inflacionadas do que noutros. Tal faz com que o sujeito passivo só tenha verdadeiramente conhecimento do valor da moeda no momento em que efetua a transação comercial. Daí que só no dia em que o sujeito passivo adquire determinado bem ou serviço é possível, efetivamente, determinar o valor exato da moeda por ele minerada. Pelo que, a aplicar-se algum dos momentos de tributação definidos legalmente no artigo 7.º do CIRS, este seria o momento da liquidação da operação. No entanto, como foi *supra* referido, a criptomoeda gerada pelo *mining* (a única moeda virtual que poderia, eventualmente, ser tributada nesta sede) não está sujeita a tributação nos termos da categoria E.

3.3. Determinação do rendimento tributável

O ganho sujeito a IRS a título de rendimentos de capitais corresponde à globalidade dos rendimentos auferidos pelo sujeito passivo e que se qualifiquem efetivamente como rendimentos de capitais.

Assim, quando determinado rendimento está sujeito a IRS nos termos da categoria E, e não está isento, é o sujeito passivo tributado nesta sede.

De notar que esta categoria não permite que o contribuinte efetue deduções específicas, nem deduções das perdas mediante reporte para anos subsequentes, ao contrário do que sucede com as restantes categorias de IRS⁸². De facto, o espírito do legislador na redação desta categoria parece vir reafirmar a ideia de que os rendimentos de capitais devem ser, por natureza, rendimentos passivos. Isto é, rendimentos que o sujeito passivo auferir sem que para tal se veja obrigado a incorrer em despesas ou despendar quaisquer recursos para a sua obtenção. Em oposição, nomeadamente, aos rendimentos da categoria B, relativamente aos quais é possível realizar deduções específicas e, bem assim, deduções de perdas reportáveis para os anos anteriores, uma vez que o legislador, neste caso, parte do pressuposto que o sujeito passivo incorreu em despesas para obter tais ganhos, razão pela qual se designam de rendimentos ativos.

Por efeito, conforme se disse anteriormente, não será possível tributar a moeda virtual, em particular a criptomoeda minerada e utilizada como moeda de curso legal, visto que a obtenção da mesma envolve avultadas despesas em eletricidade e computadores tecnologicamente evoluídos, com placas gráficas específicas. Ora, o facto de na categoria E as despesas não poderem ser dedutíveis, faz com que o contribuinte seja

⁸² Cfr. PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2018, pp. 121-122.

gravemente prejudicado caso tenha encargos na obtenção dos rendimentos. E, atentos os gastos que a criação da moeda digital precede, tal leva a que o património do sujeito passivo tributado nestas circunstâncias seja severamente ofendido. Parece-nos, por isso, que a opção do legislador pela inexistência de deduções específicas e de perdas na categoria E ilide, precisamente, quaisquer tentativas de tributação de rendimentos relativamente ativos, isto é, que apenas são gerados se o contribuinte incorrer em despesas, como é o caso dos rendimentos provenientes de mineração da moeda virtual.

3.4. Posição da Deco Proteste

A Deco Proteste, sem se apoiar em base legal, adotou uma posição contrária à que aqui se desenvolveu⁸³. Com efeito, veio a referida instituição afirmar que é necessário tributar os lucros obtidos através da criptomoeda, porquanto se tratam de ganhos auferidos pela venda da moeda virtual. Comparando, a Deco Proteste, esta operação financeira com a de um pequeno aforrador que empresta as suas poupanças ao Estado, através de certificados de aforro, ou que investe em ações de uma empresa, situações em que o Estado lhe retém quase um terço do seu lucro (dado que, em geral, os rendimentos de capitais e os ganhos patrimoniais são tributados a 28%).

Por estes motivos, a Deco Proteste propôs aos grupos parlamentares nacionais, Parlamento Europeu e Comissão Europeia que os ganhos pela compra e venda de criptomoedas fossem tratados de forma semelhante aos lucros obtidos pela alienação de ações e outros instrumentos financeiros: saldo anual tributado à taxa especial de 28% para todos.

Porém, conforme acima exposto, e salvo o devido respeito, não assiste razão à Deco Proteste, porquanto a mesma não teve em linha de conta o tratamento jurídico-fiscal a que os rendimentos de capitais devem obedecer para serem objeto de tributação, descurando, a instituição, por completo, a natureza jurídica dos ativos aqui em apreço.

3.5. Posição da Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa

⁸³ *Cfr.* DECO PROTESTE, *Moedas virtuais, para quando impostos reais?*, artigo da Deco Proteste, janeiro de 2018, disponível em: <https://www.deco.proteste.pt/investe/investimentos/mercados-moedas/dossie/bitcoin/moedas-virtuais-para-quando-impostos-reais>.

Conforme acima referido, em 27 de dezembro de 2016, foi emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira uma informação vinculativa sobre o enquadramento fiscal dos rendimentos que se obtêm com a compra e venda de moeda virtual⁸⁴.

No entanto, as mesmas podem ser trocadas, com proveito, por moeda real (sejam euros, dólares, ou outra), junto de empresas especializadas para o efeito, sendo o valor, face à moeda real, o determinado pela procura *online* das criptomoedas.

No que respeita aos rendimentos de capital, a referida informação vinculativa começa por caracterizar a categoria E do IRS, dizendo que a norma de incidência está construída de uma forma aberta, indicando uma regra geral e exemplificando diversas realidades sujeita a tributação (mas não as únicas).

Atentando a AT para o facto de se verificar que na categoria E são tributados os rendimentos que são gerados pela mera aplicação de capital, ou seja, são tributados os frutos jurídicos, isto é, os direitos produzidos prejuízo da substância do produtor.

Concluindo a AT a informação vinculativa afirmando que no caso da alienação de criptomoeda, o rendimento produzido é obtido pela venda do direito, pelo que não será passível de ser tributada em sede de categoria E.

Deste modo, não obstante a Autoridade Tributária e Aduaneira não se ter pronunciado sobre os rendimentos provenientes da mineração de moeda virtual, a sua posição relativamente à venda de moeda virtual é por nós acolhida, uma vez que considera, e bem, que não há lugar a tributação dos rendimentos obtidos pela alienação de criptomoeda em sede de categoria E do IRS.

4. Incrementos Patrimoniais – Categoria G

4.1. Incidência objetiva

As mais-valias são ganhos que um contribuinte auferir pela alienação de um bem ou direito que, em momento anterior, o mesmo adquiriu por um valor inferior. Consistem, conforme defende Paula Rosado Pereira⁸⁵, em valorizações de bens ou direitos, que são tributadas nos termos da categoria G do IRS, a não ser que as mesmas sejam consideradas rendimentos de outras categoria, nomeadamente os que ocorram no âmbito de uma

⁸⁴ *Cfr.* Autoridade Tributária e Aduaneira, *Tributação das cripto-moedas ou moedas virtuais*, Informação Vinculativa no Processo n.º 5717/2015, Despacho de 27 de dezembro de 2016, disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/rendimento/cirs/Documents/PIV_09541.pdf.

⁸⁵ *Vide* PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2018, pp. 180-182.

atividade empresarial ou profissional, caso em que passam a ser sujeitas a IRS nos termos da categoria B. Tal acontece porque a categoria G tem natureza residual face às demais categorias do IRS (*cf.* artigos 9.º, n.º 1 e 10.º, n.º 1 do CIRS).

Prevê o artigo 10.º, n.º 1 do CIRS uma lista taxativa dos rendimentos que podem ser considerados mais-valias. Em conformidade com o preceituado neste normativo legal, constituem mais-valias os seguintes ganhos: a) a alienação onerosa de direitos reais sobre bens imóveis e afetação de quaisquer bens do património particular a atividade empresarial e profissional exercida em nome individual pelo seu proprietário; b) a alienação onerosa de partes sociais e de outros valores mobiliários, incluindo: i) a remição e amortização com redução de capital de partes sociais; ii) a extinção ou entrega de partes sociais das sociedades fundidas, cindidas ou adquiridas no âmbito de operações de fusão, cisão ou permuta de partes sociais; iii) o valor atribuído em resultado da partilha, bem como em resultado da liquidação, revogação ou extinção de estruturas fiduciárias aos sujeitos passivos que as constituíram, nos termos dos artigos 81.º e 82.º do CIRC; iv) o reembolso de obrigações e outros títulos de dívida; v) o resgate de unidades de participação em fundos de investimento e a liquidação destes fundos; c) a alienação onerosa da propriedade intelectual ou industrial ou de experiência adquirida no setor comercial, industrial ou científico, quando o transmitente não seja o seu titular originário; d) a cessão onerosa de posições contratuais ou outros direitos inerentes a contratos relativos a bens imóveis; e) as operações relativas a instrumentos financeiros derivados, com exceção dos ganhos previstos na alínea q) do n.º 2 do artigo 5.º; f) as operações relativas a *warrants* autónomos, quer o *warrant* seja objeto de negócio de disposição anteriormente ao exercício ou quer seja exercido, neste último caso independentemente da forma de liquidação; g) as operações relativas a certificados que atribuam ao titular o direito a receber um valor de determinado ativo subjacente, com exceção das remunerações previstas na alínea r) do n.º 2 do artigo 5.º; h) e a cessão onerosa de créditos, prestações acessórias e prestações suplementares.

Ora, da análise de cada um dos ganhos que podem ser considerados mais-valias, conforme previsto no artigo 10.º, n.º 1 do CIRS, resulta claro que a alienação onerosa ou a mineração da moeda virtual não se enquadram em nenhum deles.

Com efeito, os rendimentos provenientes do câmbio entre moeda virtual e moeda tradicional e a mineração de criptomoeda não podem ser tributados nos termos da categoria G, visto que não estamos perante a alienação onerosa de um ativo imobiliário, de partes sociais ou de outros valores mobiliários, de propriedade intelectual ou industrial,

nem tão pouco perante ganhos provenientes da afetação de bens do património particular a atividades empresariais e profissionais exercidas em nome individual pelo seu proprietário. Do mesmo modo, os ganhos obtidos com a criptomoeda também não se coadunam com a cessão onerosa de posições contratuais ou outros direitos inerentes a contratos relativos a bens imóveis, nem com as operações relativas a instrumentos financeiros derivados, a *warrants* autónomos ou a certificados que atribuam ao titular o direito a receber um valor de determinado ativo subjacente.

De facto, de entre a lista taxativa de ganhos prevista no artigo 10.º, n.º 1 do CIRS, a única dúvida que eventualmente se poderá colocar prende-se com a situação de saber se os rendimentos obtidos com moeda virtual podem ser considerados valores mobiliários, para efeitos de aplicação do artigo 10.º, n.º 1, alínea b) do CIRS.

Este preceito legal enumera alguns dos ganhos que podem ser considerados “*outros valores mobiliários*”. Sucede que os ganhos derivados da criptomoeda não se enquadram em nenhuma das possibilidades aí elencadas. Tal assim é porque *in casu* não estamos perante uma remição e amortização com redução de capital de partes sociais, nem diante uma extinção ou entrega de partes sociais das sociedades fundidas, cindidas ou adquiridas no âmbito de operações de fusão, cisão ou permuta de partes sociais, nem em face de um valor atribuído em resultado da partilha, bem como em resultado da liquidação, revogação ou extinção de estruturas fiduciárias aos sujeitos passivos que as constituíram, nem sequer perante um reembolso de obrigações e outros títulos de dívida, nem tão pouco diante de um resgate de unidades de participação em fundos de investimento e a liquidação destes fundos.

Por sua vez, tendo em consideração que os casos previstos no artigo 10.º, n.º 1, alínea b) do CIRS são meramente exemplificativos, importa analisar se as moedas virtuais podem ser equiparadas a outros valores mobiliários, para efeitos de aplicação às mesmas das regras previstas na categoria G do CIRS.

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º do CdVM, são valores mobiliários, além de outros que a lei qualifique como tal: a) as ações; b) as obrigações; c) os títulos de participação; d) as unidades de participação em instituições de investimento coletivo; e) os *warrants* autónomos; f) os direitos destacados dos valores mobiliários referidos nas alíneas a) a d), desde que o destaque abranja toda a emissão ou série ou esteja previsto no ato de emissão; g) outros documentos representativos de situações jurídicas homogéneas, desde que sejam suscetíveis de transmissão em mercado.

Este normativo legal presenteia-nos com uma tipificação aberta, ao incluir na sua redação quaisquer outros documentos representativos de situações jurídicas homogéneas (*cfr.* artigo 1.º, alínea g) do CdVM). A que acresce o facto de predispor que são igualmente considerados valores mobiliários todos aqueles que a lei defina como tal. Ora, no que concerne às moedas virtuais, já vimos que não existe nenhuma disposição que qualifique estes ativos como valores mobiliários, pelo que cabe verificar se poderão ser consideradas um documento representativo de situações jurídicas homogéneas, por serem, porventura, suscetíveis de transmissão no mercado.

Para o efeito, é essencial verificar se a figura da moeda virtual preenche cumulativamente os quatro pressupostos constantes no artigo 1.º, alínea g) do CdVM, para a mesma ser qualificada como valor mobiliário.

O primeiro pressuposto assenta no facto de que se deve tratar de um documento. Nos termos gerais do Código Civil, em especial no seu artigo 362.º, diz-se documento qualquer objeto elaborado pelo homem com o fim de reproduzir ou representar uma pessoa, coisa ou facto. Preceituando o artigo 2.º, alínea a) do Regime Jurídico dos Documentos Eletrónicos e da Assinatura Digital (Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto), que se entende por documento eletrónico o documento elaborado mediante processamento eletrónico de dados. Nesta medida, facilmente se depreende que as moedas virtuais se enquadram neste pressuposto, por se tratarem de documentos eletrónicos que o titular tem acesso através da *blockchain*.

O segundo pressuposto tem por base o facto de se tratar de uma representação de uma situação jurídica, ou seja, uma situação que confere direitos e deveres de natureza patrimonial e privada⁸⁶. Ora, as moedas virtuais não concedem direitos e deveres patrimoniais aos respetivos titulares, sendo apenas meios de pagamento para aquisição de bens ou serviços ou um meio de transferência de valores. Com efeito, o titular de moeda virtual não possui qualquer direito sobre o emissor da criptomoeda, pelo que não se encontra verificado o segundo requisito para que as moedas virtuais sejam consideradas valores mobiliários.

O terceiro pressuposto é a homogeneidade das situações jurídicas representadas. O que, segundo a posição vertida por João Vieira dos Santos⁸⁷, implica que as situações

⁸⁶ Neste sentido, vide ANTUNES, José Engrácia, *Os Instrumentos Financeiros*, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, abril de 2017, pág. 79.

⁸⁷ *Cfr.* SANTOS, João Vieira dos, *Desafios Jurídicos das Initial Coin Offerings*, artigo constante na revista *Direito dos Valores Mobiliários II*, Instituto dos Valores Mobiliários (“IVM”), dezembro de 2018, pág. 418, disponível em: https://www.institutovaloresmobiliarios.pt/publicacoes/pdfs/1544113227dvm__ii.pdf.

jurídicas sejam fungíveis e, consequentemente, que os valores mobiliários também o sejam, de forma a terem uma aptidão para circular no mercado. Ora, ainda que as moedas virtuais sejam realidades fungíveis, conforme já talhámos anteriormente, não se tratam, todavia, de situações jurídicas homogêneas, já que aos titulares não são atribuídos direitos e deveres, para que estes possam comparar situações. Consequentemente, também não se encontra cumprido este requisito.

O quarto e último pressuposto assenta na suscetibilidade de transmissão em mercado. De acordo com a tese de Paulo Câmara, “*não precisa de se exigir que em concreto essa transmissibilidade esteja assegurada. Assim, para avaliar a potencialidade transmissiva de um instrumento há que atender ao respetivo regime supletivo, quanto a saber se deste não resultam embaraços ou constrangimentos a uma circulação fluida. Sendo a resposta negativa, este requisito deve ter-se por verificado*”⁸⁸. Ora, as moedas virtuais não preenchem este requisito, porquanto não são bens transmissíveis, mas sim meios de pagamento para aquisição de bens ou serviços ou de câmbio de valores.

Destarte, é de rejeitar a hipótese de a moeda virtual ser considerada um valor mobiliário.

Caso diferente é o que ocorre com os *tokens* emitidos pelas Ofertas Públicas de Moeda, também designados de *investment tokens* ou *asset tokens* (em português, fichas de investimento) ou *hybrid tokens* (em português, fichas híbridas).

Com efeito, as funções dos *tokens* são mais abrangentes do que a das moedas virtuais. Uma vez que enquanto as criptomoedas são ativos financeiros, que servem como meio de troca ou pagamento, os *tokens* são ativos digitais, que podem garantir uma participação num projeto, iniciativa, bem ou serviço de uma empresa, nomeadamente o acesso a uma *blockchain*.

Vejamos então se os *tokens* podem ser considerados valores mobiliários para efeitos de aplicação do artigo 1.º, alínea g) do CdVM, que, como já vimos, dispõe que são valores mobiliários outros documentos representativos de situações jurídicas homogêneas, desde que sejam suscetíveis de transmissão em mercado.

Trata-se efetivamente de um documento eletrónico, conforme previsto no artigo 2.º, alínea a) do Regime Jurídico dos Documentos Eletrónicos e da Assinatura Digital (Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto), pelo que se encontra verificado o primeiro requisito, relativo à forma do ativo.

⁸⁸ Cf. CÂMARA, Paulo, *Manual de Direito dos Valores Mobiliários*, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, novembro de 2016, pág. 109.

Do mesmo modo, também se encontra preenchido o pressuposto da representação de uma situação jurídica, uma vez que as *Initial Coin Offerings* (ICOs) emitem um *whitepaper* que pode conter os direitos e deveres que os investidores possuem perante os emissores de *tokens*⁸⁹.

Por outro, também se encontra cumprido o requisito da homogeneidade, visto que se tratam, em princípio, de ativos fungíveis com direitos e obrigações idênticos entre si, não sendo, à partida, emitidos pelas Ofertas Públicas de Moedas *tokens* diferentes em função do investidor.

Por fim, verifica-se igualmente o preenchimento do pressuposto da suscetibilidade de transmissão em mercado, porquanto os *tokens* podem reunir todas as condições para serem bens transmissíveis e negociáveis no mercado de capitais.

Assim sendo, é possível que os *tokens* emitidos por uma determinada Oferta Pública de Moeda revistam a forma de valores mobiliários, por se encontrarem verificados os quatro pressupostos acima enunciados. Porém, para que se chegue a essa conclusão é necessário efetuar uma análise casuística dos *tokens* emitidos por uma dada Oferta Pública de Moeda, examinando-se, em detalhe, o seu *whitepaper*⁹⁰.

Neste sentido, a CMVM veio entender⁹¹ que nem todos os criptoativos são valores mobiliários, dependendo esta classificação de uma análise do caso em concreto. Segundo a CMVM, na mesma informação, um criptoativo será um valor mobiliário sempre que, cumulativamente, se verifiquem os seguintes requisitos: i) seja um documento representativo de uma ou mais situações jurídicas de natureza privada e patrimonial; ii) seja comparável com valores mobiliários típicos, tendo em conta as situações jurídicas representadas. Comparabilidade essa que se afere por via das informações constantes no *whitepaper*, das quais decorra uma vinculação do emitente à realização de condutas das quais resulte uma expectativa de retorno para o investidor, nomeadamente a atribuição de direitos a rendimentos (v.g. lucros ou juros) ou a prática de atos adequados ao incremento do valor do criptoativo.

⁸⁹ Neste sentido, vide GERALDES, Luís Roquette, ALBUQUERQUE, Mariana Solá de, SILVA, João Lima da, *ICOs: security tokens vs. utility tokens*, artigo constante no livro *FinTech II – Novos Estudos sobre Tecnologia Financeira*, 1.ª Edição, Coimbra, Almedina, março de 2019, pp. 335-336.

⁹⁰ Cfr. BITYOND, *Bityond Whitepaper*, disponível em: <http://storage.bityond.com/public/bityond-whitepaper.pdf>.

⁹¹ Cfr. Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Perguntas e respostas sobre criptoativos destinadas às entidades*, informação constante no sítio da CMVM, disponível em: https://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/Faq/Pages/FAQs-Criptoativos_industria.aspx.

Posição diferente é a sufragada por António Vilaça Pacheco⁹², o qual afirma que a aquisição de *tokens* de uma ICO não equivale à aquisição de ações de uma empresa ou de capital na estrutura da mesma. Com efeito, o autor defende que a compra dos designados *tokens* apenas permite aos adquirentes terem *tokens* transacionáveis dentro da estrutura criada pela nova empresa. Porém, segundo António Vilaça Pacheco, os adquirentes nunca terão parte dessa sociedade, já que estes não a podem vender, nem interferir nos seus destinos.

Sucede que é, ainda, o mesmo autor que refere que os adquirentes de *tokens* não terão direito aos lucros da empresa a menos que isso esteja explicitamente comunicado no *whitepaper*. Assim, mesmo neste caso, apesar de o referido autor salientar que os *tokens* não correspondem a direitos e deveres dos adquirentes dos mesmos perante as entidades emissoras, a verdade é que António Vilaça Pacheco não descarta, por completo, a possibilidade de os *tokens* poderem proporcionar aos seus adquirentes determinados direitos, nomeadamente, a lucros.

Em Portugal, a primeira (e até ao momento única) Oferta Pública de Moeda foi lançada pela empresa portuguesa Bityond, Lda. em março de 2018. Esta visava angariar fundos para desenvolver o projeto da empresa, que consiste na consultoria de recrutamento e seleção de candidatos para empresas e na criação de uma rede de contactos, efetuadas através da sua plataforma eletrónica⁹³. Em troca do investimento realizado, os investidores recebiam *tokens* (designados “BYT”) que lhes permitiam participar nas votações para desenvolver novos produtos e funcionalidades na plataforma eletrónica Bityond, para além disso os *tokens* também podiam ser doados a um projeto em concreto dentro da plataforma. A aquisição era realizada em *ethereum*, uma vez que a *Initial Coin Offering* (ICO) foi criada na *blockchain* da *altcoin ethereum*.

Desta feita, verifica-se que os *tokens* lançados pela *Initial Coin Offering* da Bityond não cumprem os pressupostos necessários para serem considerados valores mobiliários, porquanto não estamos perante a representação de uma situação jurídica que confere aos adquirentes de *tokens* direitos e deveres sobre a entidade emissora dos mesmos, não se encontrando, por conseguinte, cumprido o segundo pressuposto, que anteriormente referimos, para estes *tokens* (os BYT) serem considerados valores mobiliários.

⁹² Cfr. PACHECO, António Vilaça, *Bitcoin*, 1.ª Edição, Lisboa, Self, junho de 2018, pp. 108-110.

⁹³ Para mais informações, consultar o sítio www.bityond.com.

Sobre esta matéria, em 17 de maio de 2018, a CMVM anunciou, em comunicado⁹⁴, que os *tokens* da Bityond não constituem valores mobiliários, nem mesmo de natureza atípica, estando as transações sobre os mesmos fora do perímetro de supervisão da entidade reguladora. Tal assim é, explicou a CMVM, porque do *whitepaper* disponibilizado no sítio da Bityond resulta que a aquisição de *tokens* apenas confere aos seus titulares a participação em sondagens relacionadas com o desenvolvimento da plataforma eletrónica, sendo-lhes ainda possível doar *tokens* para serem desenvolvidas novas funcionalidades dentro da plataforma.

Deste modo, e como já referimos, pese embora estes *tokens* (designados de BYT), emitidos pela ICO da Bityond, estejam excluídos do alcance do conceito de valores mobiliários, não significa que noutro caso, preenchidos os quatro pressupostos acima referidos, não possam ser considerados valores mobiliários e, nessa medida, sujeitos às normas regulatórias vigentes⁹⁵. O que, mais uma vez, diferencia os *tokens* das moedas virtuais, as quais nunca podem ser consideradas valores mobiliários.

4.2. Momento da tributação

Prevê o artigo 10.º, n.º 3 do CIRS que os ganhos se consideram obtidos no momento da prática dos atos que dão origem às mais-valias. Tal regra compreende três exceções. A primeira das exceções tem lugar nos casos dos contratos de promessa de compra e venda ou de troca, em que se presume que o ganho é obtido logo que verificada a tradição ou posse dos bens ou direitos objeto do contrato. A segunda ocorre nos casos de afetação de quaisquer bens do património particular a atividade empresarial e profissional exercida pelo seu proprietário, caso em que o ganho só se considera obtido no momento da ulterior alienação onerosa dos bens em causa ou da ocorrência de outro facto que determine o apuramento de resultados em condições análogas. E a terceira e última exceção acontece nos contratos de permuta de bens presentes por bens futuros, caso em que a tributação apenas ocorre no momento da celebração do contrato que formaliza a aquisição do bem futuro, ou no momento da sua tradição, se anterior.

⁹⁴ Cfr. Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Comunicado da CMVM relativo à criptomoeda Bityond*, informação constante no sítio da CMVM, maio de 2018, disponível em: <http://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/Comunicados/Pages/20180517a.aspx>.

⁹⁵ Neste sentido, vide ESMA, *ESMA alerts firms involved in Initial Coin Offerings (ICOs) to the need to meet relevant regulatory requirements*, declaração da ESMA, novembro de 2017, pp. 1-2, disponível em: http://www.cmvm.pt/pt/Cooperacao/esma/DocumentosESMACESR/Documents/esma50-157-828_ico_statement_firms.pdf.

Ora, a ser tributado o rendimento adveniente da moeda virtual, teria que ser no momento da prática do ato que dá origem às mais-valias, ou seja, no momento da venda da criptomoeda, uma vez que não cabe em nenhuma das exceções previstas no artigo 10.º, n.º 3 do CIRS. Porém, como já vimos no ponto 4.1., a moeda virtual nunca poderia ser sujeita a IRS nos termos da categoria G, porquanto não se enquadra em nenhuma das situações legalmente previstas. Em contraste com o que pode, eventualmente, suceder com os *tokens* emitidos por uma Oferta Pública de Moeda.

4.3. Determinação do rendimento tributável

As mais-valias resultam da diferença entre o valor auferido com, nomeadamente, a venda de partes sociais e o valor liquidado com a aquisição das mesmas. Sendo o valor dos rendimentos qualidades como mais-valias o correspondente ao saldo apurado entre mais-valias e menos valias realizadas no mesmo ano (*cf.* artigo 43.º, n.º 1 do CIRS).

À semelhança da categoria B, a categoria G também permite a dedução de despesas e, bem assim, a dedução de perdas, conforme previsto nos artigos 51.º e 5.º do CIRS.

Todavia, uma vez que a categoria G não é aplicável aos rendimentos resultantes de moeda virtual, não iremos analisar detalhadamente o regime vigente para a determinação do rendimento tributável em sede de IRS na categoria G.

4.4. Posição da Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa

A Autoridade Tributária e Aduaneira também veio, na sua informação vinculativa, datada de 27 de dezembro de 2016, tecer considerações sobre a aplicação ou não desta categoria à transmissão onerosa de criptomoeda⁹⁶.

Começa a AT por dizer que o artigo 10.º do Código do IRS dispõe que são tributáveis como mais-valias, as seguintes realidades: a) Alienação onerosa de partes sociais e de outros valores mobiliários; b) Operações relativas a instrumentos financeiros derivados, com exceção dos ganhos previstos na alínea q) do n.º 2 do artigo 5.º; c) Operações relativas a certificados que atribuam ao titular o direito a receber um valor de determinado ativo subjacente, com exceção das remunerações previstas na alínea r) do n.º 2 do artigo 5.º; d) Cessão onerosa de créditos, prestações acessórias e prestações suplementares.

⁹⁶ *Cfr.* Autoridade Tributária e Aduaneira, *Tributação das cripto-moedas ou moedas virtuais*, Informação Vinculativa no Processo n.º 5717/2015, Despacho de 27 de dezembro de 2016, disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/rendimento/cirs/Documents/PIV_09541.pdf.

Seguidamente, a AT refere que uma das características da categoria G é precisamente a de que o legislador quando construiu a norma de incidência real recorreu a uma tipificação fechada, isto é, a tributação só incide sobre os ganhos derivados dos factos ali descritos.

Concluindo a AT no sentido de que a criptomoeda não é tributável em sede de categoria G, porquanto, no caso das criptomoedas não estamos perante partes sociais, nem as mesmas constituem um qualquer direito que permita receber qualquer quantia. Por outro lado a valorização das criptomoedas não assenta em qualquer ativo subjacente, uma vez que o seu valor é meramente determinado pela oferta e procura das mesmas (e pela criação de cripto-moeda em função da sua utilização), pelo que também não poderá ser tida como um produto financeiro derivado, e por fim, atenta a definição de valor mobiliário constante do artigo 1.º do Código dos Valores Mobiliários não estamos perante uma realidade que possa, no presente momento, ser subsumida na definição de valores mobiliários.

V. TRIBUTAÇÃO DA MOEDA VIRTUAL EM SEDE DE IRC

1. Incidência subjetiva

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas caracteriza-se, conforme defende Helena Pegado Martins⁹⁷, por ser: i) como o nome indica, um imposto sobre o rendimento auferido pelas sociedades; ii) direto, dado que incide sobre manifestações imediatas de capacidade contributiva; iii) periódico, visto que se renova por sucessivos períodos de tributação que correspondem, em regra, ao ano civil; iv) estadual, uma vez que o Estado é o sujeito ativo da relação jurídica que se estabelece; e unitário, pois inclui no conceito de lucro rendimentos advenientes de diversas naturezas.

O artigo 2.º, n.º 1 do CIRC elenca os sujeitos passivos em sede de IRC. São eles i) as sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, as cooperativas, as empresas públicas e as demais pessoas coletivas de direito público ou privado, com sede ou direção efetiva em território português; ii) as entidades desprovidas de personalidade jurídica, com sede ou direção efetiva em território português, cujos rendimentos não sejam tributáveis em IRS ou em IRC diretamente na titularidade de pessoas singulares ou coletivas; iii) as entidades, com ou sem personalidade jurídica, que não tenham sede nem

⁹⁷ Vide MARTINS, Helena Pegado, *O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, in Lições de Fiscalidade*, Volume I – Princípios Gerais e Fiscalidade Interna, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, maio de 2014, pp. 254-255.

direção efetiva em território português e cujos rendimentos nele obtidos não estejam sujeitos a IRS.

Neste sentido, facilmente se percebe que uma sociedade que exerça como atividade a compra e venda de moeda virtual é, claramente, sujeito passivo de imposto, por via do artigo 2.º, n.º 1, alínea a) do CIRC. O mesmo se aplica às empresas que se dedicam à mineração de moeda virtual ou às corretoras que atuam como intermediárias entre compradores e vendedores de criptomoedas.

2. Incidência objetiva

A incidência real do imposto varia consoante estejamos perante sujeitos passivos residentes ou sujeitos passivos não residentes. No caso dos sujeitos passivos residentes, a base tributável engloba todos os rendimentos dos contribuintes. Já no caso dos sujeitos passivos não residentes, a base tributável destes inclui apenas os rendimentos obtidos em território nacional⁹⁸.

Seguidamente, dentro dos sujeitos passivos residentes é, ainda, necessário distinguir as pessoas coletivas que exercem e as que não exercem, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Isto porque as entidades que exercem, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola são tributadas em função do lucro obtido (*cf.* artigo 3.º, n.º 1, alínea a) do CIRC). Enquanto que as entidades que não exercem, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola são tributadas de acordo com o rendimento global auferido, e que corresponde à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, aos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito (*cf.* artigo 3.º, n.º 1, alínea b) do CIRC).

Do mesmo modo, dentro dos sujeitos passivos não residentes é, também, necessário diferenciar entre as entidades que detêm e as que não detêm estabelecimento estável em Portugal. Uma vez que as entidades que detêm estabelecimento estável em território nacional são tributadas pelo lucro imputável a esse estabelecimento estável (*cf.* artigo 3.º, n.º 1, alínea c) do CIRC). Enquanto que as entidades que não detêm estabelecimento estável em território português ou que, possuindo-o, os rendimentos não lhe sejam imputáveis são tributadas pelo rendimento global, correspondente aos rendimentos das

⁹⁸ *Cfr.* MARTINS, Helena Pegado, *O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, in Lições de Fiscalidade*, Volume I – Princípios Gerais e Fiscalidade Interna, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, maio de 2014, pp. 256-258.

diversas categorias individualmente consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, aos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito (*cf.* artigo 3.º, n.º 1, alínea d) do CIRC).

Quer isto dizer que as empresas que se dedicam à venda de criptomoeda estão, sem margem para dúvidas, abrangidas pelo regime previsto no CIRC, uma vez que se trata de uma atividade de natureza comercial, em que o rendimento que a empresa auferir derivado da alienação onerosa da moeda virtual é tributado em sede de IRC.

Tais atividades são, em princípio, declaradas no Serviço de Finanças com a CAE (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas) n.º 62090, correspondente a “*outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática*”⁹⁹. Esta é uma subclasse que se encontra inserida no grupo designado “*consultoria e programação informática e atividades relacionadas*” e compreende as atividades relacionadas com as tecnologias de informação e informática não classificadas noutra subclasse. Inclui serviços de recuperação de dados ou programas devido a problemas ocorridos e a instalação de *software* e instalação de computadores pessoais. Trata-se, com efeito, de uma subclasse residual, que abarca variadas atividades que não se incluem nas outras subclasses, classes ou grupos previstos na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas.

Poderá ser colocada a dúvida de saber se a atividade de compra e venda de criptomoeda deverá, ao invés, ser declarada nas Finanças na subclasse das “*outras atividades de serviços financeiros diversos, N.E., exceto seguros e fundos de pensões* – CAE n.º 64992¹⁰⁰. Sendo também esta uma subclasse com um campo de abrangência alargado, dada o seu carácter residual relativamente às outras subclasses. De facto, esta subclasse compreende as atividades de intermediação financeira essencialmente associadas à distribuição de fundos por meios diferentes da concessão de empréstimos. Tratam-se, nomeadamente, de atividades ligadas ao investimento em valores mobiliários (ações, obrigações, títulos de participação, unidades de participação em fundos de investimento, etc.). Compreende também as atividades de titularização de créditos e de investimentos por conta própria das sociedades de capital de risco. Inclui a transação de valores mobiliários por conta própria dos intermediários financeiros (ex: sociedades financeiras de corretagem), assim como as atividades relacionadas com “*swaps*”, opções e outras operações de cobertura de riscos.

⁹⁹ *Cfr.* INE, *Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3*, Instituto Nacional de Estatística, I.P., pág. 220, disponível em: https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf.

¹⁰⁰ *Cfr.* INE, *Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3*, Instituto Nacional de Estatística, I.P., pág. 224, disponível em: https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf.

Porém, como já referimos no Capítulo IV, ponto 3, não deve a moeda virtual ser considerada um produto de natureza mobiliária, uma vez que não se trata de um rendimento passivo, na aceção da definição de rendimento de capital, prevista no artigo 5.º do CIRS, melhor explicitado anteriormente. Aceção diferente é a que se tem relativamente aos *tokens* emitidos pelas Ofertas Públicas de Moeda, os quais, reunidos determinados pressupostos, podem ser considerados valores mobiliários e, nesta medida, a atividade deverá ser abrangida na CAE n.º 64992, referente a outras atividades de serviços financeiros diversos.

3. Momento da tributação

Relativamente ao momento da tributação, enquanto que na tributação da pessoa singular o momento que importa para efeitos de sujeição a imposto é o momento da prática dos atos que dão origem à tributação ou da colocação à disposição dos respetivos titulares. Já no caso da tributação da pessoa coletiva o momento que releva para efeitos de determinação do rendimento tributável é o momento em que nasce o direito ao recebimento ou em que se incorre na obrigação de pagar, independentemente da altura em que ocorra, de facto, esse recebimento ou essa obrigação de pagamento.

Ora, apesar de o rendimento das sociedades variar consoante a época do ano, para efeitos de tributação o legislador viu-se na necessidade de o dividir em períodos de tributação e de determinar para cada um deles um resultado¹⁰¹.

O período para efeitos de tributação corresponde, em regra, a um ano e costuma ser o ano civil, conforme disposto no artigo 8.º, n.º 1 do CIRC. Porém, o legislador também dá a possibilidade de o sujeito passivo optar por um período de tributação diferente do ano. Tal opção encontra-se prevista nos números 2 e 3 do artigo *supra* citado.

Assim, o rendimento de uma empresa que exerce a atividade de compra e venda de moeda virtual será, em princípio, determinado para efeitos de sujeição a imposto no final de cada ano civil, independentemente do momento do recebimento do rendimento proveniente das respetivas alienações de moedas virtuais ou do recebimento das comissões, no caso das corretoras.

4. Determinação do rendimento tributável

¹⁰¹ Neste sentido, *vide* MARTINS, Helena Pegado, *O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, in Lições de Fiscalidade*, Volume I – Princípios Gerais e Fiscalidade Interna, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, maio de 2014, pág. 265.

O Código do IRC adotou um conceito de lucro *amplu sensu*¹⁰², abrangendo na noção de lucro não só os rendimentos e gastos de fonte normal ou ocasional que se apuram na demonstração de resultados (como é, por exemplo, o caso das mais valias, remunerações, indemnizações, depreciações, subsídios), como também as variações patrimoniais positivas e negativas não refletidas na demonstração de resultados (*cfr.* artigos 21.º e 24.º do CIRC). Porém, uma vez que no ordenamento jurídico português vigora o princípio da dependência parcial da contabilidade relativamente à fiscalidade, aos rendimentos e gastos, acrescidos das variações patrimoniais quantitativas, é necessário introduzir correções, acrescentando os gastos contabilísticos que não são aceites para efeitos fiscais e os rendimentos fiscais que não constam na contabilidade, e sendo deduzidos os rendimentos contabilísticos que não relevam para efeitos fiscais e os gastos fiscais que não foram contabilizados.

Por conseguinte, para efeitos de tributação da moeda virtual valeriam as mesmas regras que para os restantes rendimentos auferidos por pessoas coletivas. Sendo as empresas sujeitas a imposto pelos rendimentos que obtêm pela alienação onerosa ou mineração de moedas virtuais e intermediação de transações de criptomoedas, após serem devidamente deduzidos os gastos.

Por último, é de salientar apenas o facto de que não existe, em sede de IRC, uma posição publicada por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, ao contrário do que foi feito em sede de IRS e IVA, por via de informações vinculativas.

VI. TRIBUTAÇÃO DA MOEDA VIRTUAL EM SEDE DE IVA

O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é um imposto geral sobre o consumo de bens e serviços, incidindo sobre todas as fases do circuito económico.

1. Incidência subjetiva

Nos termos do artigo 2.º do CIVA, os sujeitos passivos do Imposto sobre o Valor Acrescentado são as pessoas singulares ou coletivas que, de um modo independente e com carácter de habitualidade, exerçam atividades de produção, comércio ou prestação de serviços, incluindo as atividades extrativas, agrícolas e as das profissões livres, e, bem assim, as que, do mesmo modo independente, pratiquem uma só operação tributável, desde que essa operação seja conexa com o exercício das referidas atividades, onde quer

¹⁰² Neste sentido, *vide* MARTINS, Helena Pegado, *O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, in Lições de Fiscalidade*, Volume I – Princípios Gerais e Fiscalidade Interna, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, maio de 2014, pp. 271-273.

que este ocorra, ou quando, independentemente dessa conexão, tal operação preencha os pressupostos de incidência real do IRS ou do IRC.

São também devedores de imposto as pessoas singulares ou coletivas que: i) segundo a legislação aduaneira, realizem importações de bens; ii) mencionem indevidamente IVA em fatura; iii) efetuem operações intracomunitárias, nos termos do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias;

São, ainda, sujeitos passivos do Imposto sobre o Valor Acrescentado as pessoas singulares ou coletivas referidas na alínea a) *supra* que: i) adquiram os serviços abrangidos pelo artigo 6.º, n.º 6, alínea a) do CIVA, quando os respetivos prestadores não tenham, no território nacional, sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio, a partir do qual os serviços são prestados; ii) sejam adquirentes em transmissões de bens ou prestações de serviços efetuadas no território nacional por sujeitos passivos que aqui não tenham sede, estabelecimento estável ou domicílio nem disponham de representante nos termos do artigo 30.º do CIVA; iii) sejam adquirentes dos bens indicados no artigo 6.º, n.º 4 do CIVA, nas condições aí previstas, desde que os respetivos transmitentes não tenham, no território nacional, sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio, a partir do qual as transmissões são efetuadas; iv) no território nacional, sejam adquirentes dos bens ou dos serviços mencionados no anexo E ao presente Código e tenham direito à dedução total ou parcial do imposto, desde que os respetivos transmitentes ou prestadores sejam sujeitos passivos do imposto; v) disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pratiquem operações que confirmem o direito à dedução total ou parcial do imposto, quando sejam adquirentes de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitada ou subempreitada; vi) disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pratiquem operações que confirmem o direito à dedução total ou parcial do imposto, quando sejam adquirentes de prestações de serviços que tenham por objeto direitos de emissão, reduções certificadas de emissões ou unidades de redução de emissões de gases com efeito de estufa, aos quais se refere o Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de dezembro.

Neste sentido, facilmente se percebe que as pessoas singulares ou coletivas que exercem atividades de compra e venda de moeda virtual são sujeitos passivos de IRC, conforme dispõe o artigo 2.º, n.º 1, alínea a) do CIVA.

Por outro lado, é necessário distinguir sujeito passivo e sujeito não passivo, para uma correta aplicação das regras relativas ao lugar da prestação de serviços.

Para o efeito, o Regulamento de Execução do IVA (Regulamento (UE) n.º 282/2011), em especial o seu artigo 18.º, veio estabelecer o estatuto do destinatário da prestação de serviços como sujeito passivo e sujeito não passivo, relativamente aos destinatários estabelecidos dentro e fora da União Europeia.

Assim, e em traços gerais, dispõe o referido artigo 18.º que o prestador de serviços pode considerar que um destinatário estabelecido na União Europeia tem o estatuto de sujeito passivo quando o mesmo: i) comunique ao prestador de serviços o seu número individual de identificação IVA, e obtiver confirmação da validade desse número de identificação; ii) ainda não tenha recebido um número individual de identificação IVA, mas informe o prestador de serviços que solicitou esse número¹⁰³.

Prevendo, ainda, o preceito legal que o prestador pode considerar que um destinatário estabelecido na União Europeia não tem o estatuto de sujeito passivo se demonstrar que esse destinatário não lhe comunicou o seu número individual de identificação IVA.

Por outro, o prestador de serviços pode considerar que um destinatário estabelecido fora da União Europeia tem o estatuto de sujeito passivo quando: i) obtém do destinatário o certificado emitido pelas autoridades fiscais competentes do país do destinatário, confirmando que este exerce atividades económicas que lhe permitem obter um reembolso do IVA; ii) o destinatário não possua esse certificado, mas disponha do número de identificação IVA ou de um número similar atribuído ao destinatário pelo país de estabelecimento para identificar empresas.

Deste modo, por maioria de razão, os restantes destinatários estabelecidos fora da União Europeia deverão ser considerados como sujeitos não passivos para efeitos de IVA.

2. Incidência objetiva

O Imposto sobre o Valor Acrescentado recai sobre: a) as transmissões de bens e as prestações de serviços efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal; b) As importações de bens; c) e as operações intracomunitárias efetuadas no território nacional, tal como são definidas e reguladas no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (*cf.* artigo 1.º, n.º 1 do CIVA).

¹⁰³ *Cfr.* Regulamento de Execução do IVA (Regulamento (UE) n.º 282/2011 do Conselho, de 15 de Março), que estabelece medidas de aplicação da Diretiva 2006/112/CE, relativa ao sistema comum do Imposto sobre o Valor Acrescentado, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32011R0282>.

Assim, em primeiro lugar, estão sujeitas a imposto as transmissões de bens. São consideradas como tal, regra geral, as transferências onerosas de bens corpóreos por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade (*cf.* artigo 3.º, n.º 1 do CIVA).

Em segundo lugar, em regra são consideradas como prestações de serviços as operações efetuadas a título oneroso que não constituem transmissões, aquisições intracomunitárias ou importações de bens (*cf.* artigo 4.º, n.º 1 do CIVA). Estamos perante um conceito negativo, dado que o legislador admite que são prestações de serviços todas as operações que não podem ser designadas de transmissões, aquisições intracomunitárias ou importações de bens.

Em terceiro lugar, é considerada importação a entrada em território nacional de: a) bens originários ou procedentes de países terceiros e que não se encontrem em livre prática ou que tenham sido colocados em livre prática no âmbito de acordos de união aduaneira; b) bens procedentes de territórios terceiros e que se encontrem em livre prática (*cf.* artigo 5.º, n.º 1 do CIVA).

Por último, no caso das operações intracomunitárias, a regra encontra-se prevista no Regime do IVA das Transações Intracomunitárias (RITI) e é a de que estão sujeitas a imposto as aquisições intracomunitárias de bens efectuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal, quando o vendedor for um sujeito passivo, agindo como tal, registado para efeitos do IVA noutro Estado membro que não esteja aí abrangido por um qualquer regime particular de isenção de pequenas empresas, não efetue no território nacional a instalação ou montagem de bens expedidos ou transportados de outro Estado Membro, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º, nem os transmita nas condições previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º.

São ainda sujeitas a imposto as operações assimiladas a aquisições intracomunitárias de bens (*cf.* artigo 4.º, n.º 1 do RITI).

Relativamente ao enquadramento legal da moeda virtual em sede de IVA, torna-se necessário distinguir as diversas atividades económicas que podem incidir sobre a criptomoeda, pois cada uma delas ocupa um lugar distinto dentro deste tributo.

No que respeita às operações de câmbio de moeda tradicional por moeda virtual ou vice-versa, estas são consideradas prestações de serviços para efeitos do disposto nos artigos 1.º, n.º 1, alínea a) e 4.º, n.º 1 do CIVA, desde que sejam efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo, no exercício de uma atividade económica (*cf.* artigo 2.º, n.º 1, alínea a) do CIVA).

Com efeito, o câmbio de moeda *fiat* (a moeda tradicional) para moeda virtual ou vice-versa é considerado uma prestação de serviços, uma vez que se trata de uma operação realizada a título oneroso, que não constitui nem uma transmissão de bens corpóreos, nem uma aquisição intracomunitária, nem tão pouco pode ser vista como uma importação de bens (*cf.* artigo 4.º, n.º 1 do CIVA).

3. Momento da tributação

O facto gerador do imposto, ou seja, o momento em que o pagamento do imposto a favor do Estado se torna exigível e obrigatório, é essencial para determinar, nomeadamente, a data limite de emissão das faturas (*cf.* artigo 36.º, n.º 1 do CIVA).

Em regra, nas transmissões de bens o imposto é devido no momento em que os bens são colocados à disposição do adquirente e nas prestações de serviços no momento da sua realização (*cf.* artigo 7.º, n.º 1 do CIVA).

Todavia, esta regra compreende algumas exceções. É o caso da transmissão de bens que implica a obrigação de instalação ou montagem por parte do fornecedor, em que se considera que os bens são postos à disposição do adquirente no momento em que essa instalação ou montagem estiver concluída. É também a situação das transmissões de bens e prestações de serviços de carácter continuado, resultantes de contratos que deem lugar a pagamentos sucessivos, em que se considera que os bens são postos à disposição e as prestações de serviços são realizadas no termo do período a que se refere cada pagamento, sendo o imposto devido e exigível pelo respetivo montante. É igualmente o caso das transmissões de bens e prestações de serviços da empresa a uso próprio do seu titular, do pessoal, ou a fins alheios à atividade para que foram adquiridos, em que se considera que o imposto é devido e exigível no momento em que as afetações de bens ou as prestações de serviços nelas previstas tiverem lugar. É a situação das transmissões de bens entre comitente e comissário, em que se considera que o imposto é devido e exigível no momento em que o comissário os puser à disposição do seu adquirente. É a situação da não devolução das mercadorias enviadas à consignação, em que se considera o imposto devido no termo de um ano após a entrega dos bens ao destinatário. É, por fim, o caso das transmissões de bens isentas nos termos do artigo 14.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, efetuadas de forma continuada por um período superior a um mês, o imposto é devido e torna-se exigível no final de cada mês, pelo montante correspondente.

Na hipótese da fatura ser obrigatória, o imposto é exigível no momento da emissão de fatura, se o prazo de emissão for respeitado. Porém, se o prazo para a emissão de fatura não for cumprido, o imposto passa a ser exigível no momento em que termina o prazo para a emissão de fatura ou, se existirem adiantamentos, no momento do respetivo pagamento (*cf.* artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do CIVA).

No caso das prestações intracomunitárias de serviços, em que o imposto é devido no território de outro Estado Membro em resultado da aplicação do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 6.º, a exigibilidade ocorre no momento em que o serviço é prestado (*cf.* artigo 8.º, n.º 3 do CIVA).

4. Determinação do rendimento tributável

O valor tributável das transmissões de bens, prestações de serviços ou aquisições intracomunitárias de bens é o valor da contraprestação obtida ou a obter do adquirente, do destinatário ou de um terceiro (artigos 16.º do CIVA e 17.º do RITI).

5. Localização das prestações de serviços

Como foi *supra* referido, a compra e venda de moeda virtual é considerada uma atividade económica abrangida nas prestações de serviços para efeitos de sujeição a IVA.

De acordo com o artigo 6.º, n.º 6, alínea a) do CIVA, os serviços prestados a um sujeito passivo são tributáveis quando o local da sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, domicílio, a partir do qual os serviços são prestados, se situe no território nacional, onde quer que se situe a sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio do prestador.

Os serviços prestados a um não sujeito passivo são tributáveis quando o prestador tenha a sede, o estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio, a partir do qual os serviços são prestados, em território nacional (*cf.* artigo 6.º, n.º 6, alínea b) do CIVA).

6. Isenção de IVA

Existem duas espécies de isenções. Por um lado, as isenções simples, parciais ou incompletas, que não conferem direito à dedução do IVA suportado a montante (*cf.* artigos 9.º e 53.º do CIVA) e, por outro, as isenções totais ou completas, que conferem direito à dedução do IVA suportado (*cf.* artigos 14.º do CIVA e do RITI).

Ao abrigo do disposto no artigo 9.º do CIVA, as isenções simples correspondem a um conjunto de isenções aplicáveis a atividades de interesse geral, que visam proteger um determinado número de consumidores finais.

São isenções completas, nomeadamente, as importações definitivas de bens cuja transmissão em território nacional seja isenta de IVA (*cf.* artigo 13.º do CIVA) e as transmissões de bens e prestação de serviços destinados a organismos internacionais e a representação diplomática (*cf.* artigo 14.º do CIVA),

Como vimos, as operações de câmbio de moeda tradicional para moeda virtual e vice-versa preenchem os pressupostos de incidência subjetiva e objetiva para sujeição das mesmas a IVA. Todavia, apesar de se encontrarem verificados os requisitos necessários para sujeição destas atividades a IVA, facto é que as referidas operações estão isentas de imposto, uma vez que tem aplicação o disposto no artigo 9.º, n.º 1, alínea 27) do CIVA.

Por efeito, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 1, alínea 27), subalínea d) do CIVA, estão isentas de imposto “*as operações, incluindo a negociação, que tenham por objecto divisas, notas bancárias e moedas, que sejam meios legais de pagamento, com excepção das moedas e notas que não sejam normalmente utilizadas como tal, ou que tenham interesse numismático*”.

Ora, o câmbio de moeda, quer envolva moedas virtuais ou não, caracteriza-se por ser uma operação de troca de uma moeda por outra, em que são pagas taxas (designada de taxas de câmbio), uma pela compra e outra pela venda das moedas. A compra e venda de divisas pode ser efetuada através do banco (físico ou *online*) ou das casas de câmbio. A taxa de câmbio pode ser fixa ou flexível. A taxa de câmbio fixa ocorre nos casos em que o Banco Central de um país fixa o preço da moeda. A taxa de câmbio flexível sucede nas situações em que o preço da moeda varia consoante a lei da oferta e da procura¹⁰⁴.

Nesta medida, facilmente se percebe que a atividade de câmbio da criptomoeda está isenta de IVA. Efetivamente, e para efeitos do preceituado no artigo 9.º, n.º 1, alínea 27), subalínea d) do CIVA, as operações de câmbio da moeda virtual têm por objeto divisas, sem se restringir à moeda tradicional, pelo que se entende que abrange, igualmente, a moeda virtual. Por outro, trata-se de um meio legal de pagamento, que é normalmente utilizado como tal.

Assim sendo, e face ao exposto, entende-se que o câmbio de moeda virtual por outra moeda encontra-se sujeito, mas isento de IVA.

¹⁰⁴ *Cfr.* Conceito de, *Conceito de taxa de câmbio*, artigo constante no sítio conceito de, 2012, disponível em: <https://conceito.de/taxa-de-cambio>.

7. Obrigação de emissão de fatura

Os sujeitos passivos estão obrigados a emitir fatura por cada prestação de serviços, bem como pelos pagamentos que lhes sejam efetuados antes da data da prestação de serviços, independentemente da qualidade do destinatário dos serviços, e ainda que estes não a solicitem (*cfr.* artigo 29.º, n.º 1, alínea b) do CIVA).

Sendo que, em geral, as faturas devem ser emitidas dentro dos seguintes prazos (*cfr.* artigo 36.º, n.º 1 do CIVA): i) Na data do recebimento, no caso de pagamentos relativos a uma prestação de serviços ainda não efetuada, bem como no caso em que o pagamento coincide com o momento em que o imposto é devido; ii) até ao 15.º dia do mês seguinte àquele em que o imposto é devido, no caso das prestações intracomunitárias de serviços que sejam tributáveis no território de outro Estado membro em resultado da aplicação do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 6.º; iii) nas restantes situações, até ao 5.º dia útil seguinte ao do momento em que o imposto é devido.

As faturas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter: i) os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente sujeito passivo do imposto, bem como os correspondentes números de identificação fiscal; ii) a quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens não efetivamente transacionadas devem ser objeto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução; iii) o preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável; iv) as taxas aplicáveis e o montante de imposto devido; v) o motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso; vi) a data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da fatura.

Por outro, a obrigação de emissão de fatura também pode ser verificada por via da emissão de uma fatura simplificada em certas transmissões de bens ou prestações de serviços cujo imposto seja devido em território nacional (*cfr.* artigo 40.º, n.º 1 do CIVA). Tal pode ocorrer transmissões de bens efetuadas por retalhistas ou vendedores ambulantes a não sujeitos passivos, quando o valor da fatura não for superior a € 1.000,00 e noutras transmissões de bens e prestações de serviços em que o montante da fatura não seja superior a € 100,00.

As faturas simplificadas devem, igualmente, ser datadas, numeradas sequencialmente e conter: i) a identificação do sujeito passivo (o nome ou denominação social e o número de identificação fiscal do fornecedor dos bens ou prestador dos serviços); ii) a quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados; iii) o preço líquido de imposto, as taxas aplicáveis e o montante de imposto devido, ou o preço com a inclusão do imposto e a taxa ou taxas aplicáveis; iv) o número de identificação fiscal do adquirente ou destinatário, quando for sujeito passivo; v) o motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso (*cf.* artigo 40.º, n.º 2 do CIVA).

Para o efeito, a Diretiva 2006/112/CE, do Conselho, de 28 de novembro, teve um papel importante na previsão de um sistema comum do IVA (Diretiva IVA). Preceituando regras comuns a todos Estados Membros da União Europeia, como é o caso do artigo 220.º, 1) da Diretiva, o qual prevê a obrigação de emissão de fatura pelos sujeitos passivos de IVA, pelos adquirentes, pelos destinatários ou por terceiros, relativamente às prestações de serviços que efetuem a outros sujeitos passivos ou pessoas coletivas que não sejam sujeitos passivos. E, ainda, o artigo 221.º, n.º 1 da referida Diretiva, o qual dispõe que os Estados-Membros podem impor aos sujeitos passivos a obrigação de emitirem uma fatura relativamente às prestações de serviços não referidas no artigo 220.º que efetuem no seu território.

Conforme referido no ponto 6 do presente capítulo, a propósito da localização das prestações de serviços, nos termos do artigo 6.º do CIVA, os sujeitos passivos estão obrigados a emitir fatura quando: i) a operação de câmbio sujeita a imposto se situe em Portugal; ii) a operação de câmbio se considere localizada noutro Estado Membro da União Europeia e o fornecedor dos serviços tenha sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, domicílio em território nacional, a partir do qual a operação é realizada e o devedor do imposto for o adquirente dos serviços; (iii) a operação de câmbio se considere localizada fora do território da União Europeia e o fornecedor dos serviços seja um sujeito passivo com sede, estabelecimento estável ou domicílio no território nacional, a partir do qual a mesma é realizada.

Quer isto dizer que as prestações de serviços de câmbio efetuadas a partir do território nacional pelo fornecedor consideram-se aqui localizadas quando os respetivos adquirentes sejam eles próprios sujeitos passivos de IVA estabelecidos em território nacional (*cf.* artigo 6.º, n.º 6, alínea a) do CIVA), ou quando os respetivos adquirentes

sejam não sujeitos passivos comunitários, em território nacional ou noutro Estado Membro (*cf.* artigo 6.º, n.º 6, alínea b) do CIVA).

Deste modo, caso a prestação de serviços de câmbio de moeda virtual, efetuada a título oneroso, se considere abrangida pelas regras de localização das operações preceituadas no artigo 6.º, n.º 6, alíneas a) e b) do CIVA, deve ser emitida a correspondente fatura, nos moldes previstos no CIVA, indicando como motivo da não aplicação do imposto o facto de estar abrangido pela isenção de imposto prevista no artigo 9.º, n.º 1, alínea 27), subalínea d) do CIVA.

Ao invés, caso as operações de câmbio sejam efetuadas pelo prestador a sujeitos passivos de IVA que não possuem sede, estabelecimento estável ou domicílio relativamente ao qual os serviços são prestados em território nacional, deverá, em princípio, ser emitida fatura, indicando como motivo de não pagamento de imposto a aplicação do artigo 6.º, n.º 6, alínea a), *a contrario sensu* do CIVA.

Todavia, já não é assim, ou seja, não há obrigação de emissão de fatura, nos casos em que os serviços de câmbio de moeda virtual são prestados a sujeitos passivos estabelecidos ou domiciliados noutro Estado Membro. Situação em que o prestador de serviços se encontra dispensado de emitir fatura, por força do disposto no artigo 29.º, n.º 3, alínea b) do CIVA.

Por outro, quando os adquirentes da prestação de serviços de câmbio de criptomoeda são não sujeitos passivos estabelecidos ou domiciliados fora da União Europeia, a fatura emitida pelo prestador de serviços deverá indicar como motivo de não pagamento de imposto a aplicação do artigo 6.º, n.º 11, alínea e) do CIVA.

Sendo certo que no leque de não sujeitos passivos estão incluídos, conforme referido no ponto 2 do presente capítulo, os adquirentes de serviços que não comunicaram ao prestador dos mesmos o respetivo número de identificação para efeitos de IVA ou, no caso de o adquirente estar estabelecido ou domiciliado fora da União Europeia, qualquer dos elementos previstos no artigo 18.º do Regulamento de Execução. Pelo que, também aqui, o prestador de serviços pode tratar os referidos adquirentes como não sujeitos passivos para efeitos da aplicação das regras de localização das operações de câmbio de criptomoeda.

8. Posição da Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa

Em 28 de janeiro 2019, por despacho da Diretora de Serviços do IVA (através de subdelegação), no âmbito do processo n.º 14763, foi emitida uma informação vinculativa sobre o enquadramento da moeda virtual em sede de IVA¹⁰⁵.

A referida informação teve por objeto um pedido de emissão de informação vinculativa efetuado por um Requerente que pretendia ver esclarecidas algumas questões relativas: i) ao enquadramento correto da compra e venda ou investimento financeiro em moeda virtual; ii) ao documento que é aceite fiscalmente para titular a compra de criptomoedas numa determinada plataforma eletrónica; iii) ao documento fiscalmente aceite para titular a despesa de 1% que algumas plataformas cobram; iv) à forma correta para emissão da fatura de venda nos casos em que o adquirente não é conhecido e se é possível emissão de fatura ao consumidor final com o NIF 999999990.

Para o efeito, a AT classificou as operações de câmbio de divisa virtual por divisa tradicional de prestações de serviços, na aceção do artigo 4.º do CIVA, por não estar em causa a transmissão de bens corpóreos. De acordo com a AT, se as referidas operações de câmbio forem efetuadas a título oneroso, por um sujeito passivo de IVA, no exercício de uma atividade económica, constituem operações sujeitas ao imposto (*cf.* artigos 1.º, n.º 1, alínea a) e 2.º, n.º 1, alínea a) do CIVA).

Porém, entende a AT que, apesar de verificadas as condições de incidência do imposto, as mencionadas operações de câmbio de criptomoeda por moeda tradicional, ou vice-versa, realizadas a título oneroso, que sejam tributáveis em território nacional por aplicação das regras de localização das operações previstas no artigo 6.º do CIVA, consideram-se isentas de IVA (*cf.* artigo 9.º, alínea 27), subalínea d) do CIVA).

Relativamente à obrigação de emissão de fatura, a AT clarifica que os sujeitos passivos da obrigatoriedade de emissão de fatura, em virtude da prestação de um serviço, devem observar as normas dispostas nos artigos 36.º e 40.º do CIVA, consoante se trate de um fatura ou de uma fatura simplificada, respetivamente (*cf.* artigo 29.º, n.º 1, alínea b) do CIVA).

Ressalva a AT que a obrigação de emissão de fatura ocorre nas situações em que os sujeitos passivos de IVA efetuam operações tributáveis em território nacional (*cf.* artigo 6.º do CIVA). Ademais, os sujeitos passivos estão, ainda, obrigados a emitir fatura

¹⁰⁵ *Cfr.* Autoridade Tributária e Aduaneira, *Operações sobre moeda - Criptomoeda ("bitcoin")*, informação vinculativa emitida no processo n.º 14763, por despacho de 28 de janeiro de 2019, da Diretora de Serviços do IVA (por subdelegação), disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14763.pdf.

quando: i) a operação se considere localizada noutro Estado membro da União Europeia e o fornecedor dos bens ou serviços com sede, estabelecimento estável ou na sua falta o domicílio em território nacional, a partir do qual a operação é realizada e devedor do imposto for o adquirente dos bens ou serviços; ii) quando a operação se considere localizada fora do território da União Europeia e o fornecedor dos bens ou serviços seja um sujeito passivo com sede, estabelecimento estável ou domicílio no território nacional, a partir do qual a mesma é realizada.

Deste modo, a AT confirma que, se de acordo com as normas de localização previstas no artigo 6.º, n.º 6 do CIVA, a operação de câmbio, efetuada a título oneroso, se considerar localizada em território nacional, deve o prestador de serviços emitir a correspondente fatura, nos termos do CIVA, indicando como motivo da não liquidação do imposto a aplicação da isenção disposta no artigo 9.º, alínea 27), subalínea d) do CIVA.

Por outro, a AT é da posição de que se, das regras de localização preceituadas no artigo 6.º, n.º 6 do CIVA, resulta que a prestação de serviços não se localiza em território nacional, por o sujeito passivo não ter aqui sede, estabelecimento estável ou domicílio para o qual os serviços são prestados, deve ser emitida fatura, indicando como motivo da não liquidação do imposto a aplicação da regra de localização prevista no artigo 6.º, n.º 6, alínea a) do CIVA, *a contrario*.

A AT vem, ainda, afirmar que no caso de se tratarem de serviços prestados a sujeitos passivos estabelecidos noutro Estado membro, o prestador de serviços está dispensado de emitir fatura, conforme decorre do artigo 29.º, n.º 3, alínea b) do CIVA.

A AT esclarece que também não são localizadas em território nacional, não sendo aqui tributáveis, as prestações de serviços de câmbio efetuados a não sujeitos passivos estabelecidos ou domiciliados fora da Comunidade. Neste caso, na fatura emitida pelo prestador de serviços deve indicar-se como motivo da não liquidação do imposto a aplicação da regra de localização prevista no artigo 6.º, n.º 11, alínea e) do CIVA. Considerando a AT que estão abrangidos aqui os casos em que o destinatário não comunica ao prestador de serviços o respetivo número de identificação para efeitos de IVA ou, no caso dos destinatários estabelecidos fora da União Europeia, qualquer dos elementos indicados no artigo 18.º do Regulamento de Execução, situação em que o prestador pode tratá-lo como não sujeito passivo para efeitos da aplicação das regras de localização das operações.

Por fim, a AT, na sua informação vinculativa, vem, a propósito da identificação do adquirente, referir que no caso de serviços prestados a não sujeitos passivos, de valor

inferior a € 1000, não sendo fornecido o número de identificação fiscal, o respetivo campo não deve ser preenchido ou sendo-o, deve conter a menção "consumidor final" e não o número "999999990". Todavia, tal informação encontra-se desatualizada, em virtude da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, que revogou o número 15 do artigo 15.º do CIVA. Com efeito, a partir do dia 16 de fevereiro de 2019 deixou de ser obrigatória a colocação dos dados pessoais (nome e morada do adquirente dos bens ou serviços) nas faturas. Medida esta que assegura que os particulares possam efetuar aquisição de bens e serviços anonimamente, independentemente do valor dos mesmos.

Posto isto, cumpre assinalar que a Autoridade Tributária e Aduaneira já tinha adotado esta posição anteriormente, no que concerne à tributação dos *tokens* em sede de IVA. De facto, em 15 de fevereiro de 2018, por despacho da Diretora de Serviços do IVA (através de subdelegação), no âmbito do processo n.º 12904, foi emitida uma informação vinculativa sobre o enquadramento dos *tokens* emitidos por uma plataforma de comércio eletrónico global¹⁰⁶.

No caso *sub judice*, tratava-se de uma plataforma de comércio eletrónico global, que pretendia criar uma Oferta Pública de Moeda (em inglês, uma *Initial Coin Offering* ou ICO), que emitiria o seu próprio *token* (designado de MMM), com uma utilidade específica: a de servir como meio de pagamento dos utilizadores da plataforma pelos serviços que esta lhes prestaria, contribuindo, assim, para financiar a produção da plataforma. Este ativo seria constituído sobre a *blockchain* da *ethereum* e, por isso, o pedido de informação solicitava uma resposta sobre a eventual sujeição a IVA e a aplicação da isenção prevista no artigo 9.º, alínea 27), subalínea d) do CIVA.

Na sua informação vinculativa, e seguindo o entendimento do Tribunal de Justiça da União Europeia ("TJUE"), no processo n.º C-264/14 (*Skatteverket contra David Hedqvist*)¹⁰⁷, a AT defendeu que aos *tokens* pode ser aplicada a isenção estatuída no artigo 9.º, alínea 27), subalínea d) do CIVA, caso estes sejam aceites pelas partes em transação como um meio de pagamento alternativo, e tenham como único objetivo ser um meio de pagamento.

¹⁰⁶ Cfr. Autoridade Tributária e Aduaneira, *Isenções - Plataforma de comércio eletrónico global, com uma moeda ou token próprio necessário aos utilizadores para fazerem uso do serviço, o qual é objeto de pré-venda. É um produto virtual não material à semelhança da moeda Bitcoin*, informação vinculativa emitida no Processo n.º 12904, por Despacho de 15 de fevereiro de 2018, da Diretora de Serviços do IVA (por subdelegação), disponível em: http://www.taxfile.pt/file_bank/news1218_15_1.pdf.

¹⁰⁷ Vide ponto 9 *infra* (*Posição do Tribunal de Justiça da União Europeia*) do mesmo capítulo.

Pese embora os *tokens* de utilidade se distingam, como *supra* vimos¹⁰⁸, das moedas virtuais, a verdade é que no presente caso estaríamos perante *tokens* de utilidade que, na prática, não diferiam das moedas virtuais, porquanto, tal como as últimas, estes *tokens* seriam utilizados como meios de pagamento validamente aceites na plataforma eletrónica em questão. Neste sentido, apesar de a AT ter sufragado o entendimento do TJUE, sem ter em consideração que naquele caso se estava diante de uma moeda virtual (a *bitcoin*), ao passo que *in casu* a moeda a emitir pela Oferta Pública de Moeda se trata de uma *token* de utilidade, a verdade é que o facto de esta servir apenas como um meio de pagamento para os usuários da plataforma, faz com que também a esta seja aplicável o regime de isenção previsto no artigo 9.º, alínea 27), subalínea d) do CIVA.

9. Posição do Tribunal de Justiça da União Europeia

Em 22 de outubro de 2015, foi proferido pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (“TJUE”) acórdão no processo C-264/14 (Skatteverket contra David Hedqvist)¹⁰⁹.

O acórdão tem por base a interpretação dos artigos 2.º, n.º 1 e 135.º, n.º 1 da Diretiva 2006/112/CE, do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado.

Esta decisão veio na sequência do reenvio prejudicial apresentado no âmbito de um litígio que opõe o Skatteverket (Administração Fiscal sueca) a D. Hedqvist, a propósito de um parecer prévio dado pela Comissão de Direito Fiscal (Skatterättsnämnden) sobre a sujeição, ao imposto sobre o valor acrescentado, das operações de câmbio de divisas tradicionais pela divisa virtual bitcoin, ou vice-versa, que D. Hedqvist pretende efetuar por intermédio de uma sociedade.

Sobre esta matéria, o TJUE começou por considerar que as moedas virtuais se tratam de prestações de serviços onerosas e, por isso, sujeitas a IVA, nos termos do artigo 2.º, n.º 1, alínea c) da Diretiva do IVA. Com efeito, prevê este normativo legal que estão sujeitas a IVA as prestações de serviços efectuadas a título oneroso no território de um Estado-Membro por um sujeito passivo agindo nessa qualidade.

Assumindo o TJUE a posição de que devem ser incluídas no artigo 2.º, n.º 1, alínea c) da referida Diretiva as operações que consistem no câmbio de divisas tradicionais por

¹⁰⁸ Neste sentido, vide ponto 1 (*o conceito de moeda virtual*) do II capítulo da presente dissertação.

¹⁰⁹ *Cfr.* Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 22 de outubro de 2015, no processo C-264/14 (Skatteverket contra David Hedqvist), disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=170305&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=1564426>.

divisas virtuais, e vice-versa, efetuadas mediante o pagamento de uma quantia correspondente à diferença entre o preço pelo qual o operador compra as divisas e o preço a que este as vende aos seus clientes.

Depois de o TJUE concluir que o câmbio das moedas virtuais está sujeito a IVA, analisou se se considera abrangido por alguma isenção.

Esclarece o tribunal que a compra e venda de criptomoedas não se inclui no artigo 135.º, n.º 1, alínea d) da mencionada Diretiva do IVA, o qual dispõe que os Estados-Membros isentam as operações, incluindo a negociação, relativas a depósitos de fundos, contas correntes, pagamentos, transferências, créditos, cheques e outros efeitos de comércio, com excepção da cobrança de dívidas.

Tal assim é, defende o TJUE e, bem, porque, por um lado, a divisa virtual é um meio de pagamento contratual, não podendo ser considerada uma conta corrente, um depósito de fundos, um pagamento ou uma transferência. Por outro, constitui um meio de pagamento direto entre os operadores que a aceitam, diferente das divisas tradicionais, que são intermediadas pelos bancos ou outras entidades financeiras.

Posteriormente, veio o TJUE afastar a aplicação do artigo 135.º, n.º 1, alínea f) da Diretiva do IVA, que preceitua que os Estados-Membros isentam de IVA as operações, incluindo a negociação mas excluindo a guarda e gestão, relativas às acções, participações em sociedades ou em associações, obrigações e demais títulos, com exclusão dos títulos representativos de mercadorias e dos direitos ou títulos referidos no n.º 2 do artigo 15.º.

Com efeito, entende o TJUE que a divisa virtual não constitui um título que confere um direito de propriedade sobre pessoas coletivas, nem um título de natureza comparável, pelo que a mesma não cai no âmbito deste preceito legal.

Por fim, veio o TJUE afirmar que ao câmbio de moedas virtuais e moedas tradicionais se aplica o artigo 135.º, n.º 1, alínea e) da Diretiva do IVA, o qual dispõe que os Estados-Membros isentam *“as operações, incluindo a negociação, relativas a divisas, papel-moeda e moeda com valor liberatório, com excepção das moedas e notas de colecção, nomeadamente as moedas de ouro, prata ou outro metal, e bem assim as notas que não sejam normalmente utilizadas pelo seu valor liberatório ou que apresentem um interesse numismático”*.

De acordo com a posição vertida pelo TJUE, que corroboramos, as operações relativas a divisas não tradicionais constituem operações financeiras, desde que essas divisas tenham sido aceites pelas partes numa transação como meio de pagamento

alternativo aos meios com valor liberatório e não tenham outra finalidade senão servir de meio de pagamento.

Conforme explicou a Advogada-Geral, nas conclusões apresentadas no âmbito do referido processo¹¹⁰, as divisas virtuais são meios de pagamento cuja função se esgota em si mesma, pelo que a sua simples transferência não constitui um facto gerador do imposto.

Reiterando o entendimento do Advogado-Geral, veio o TJUE concluir que o artigo 135.º, n.º 1, alínea e), da Diretiva IVA não pode ser interpretado no sentido de estarem apenas incluídos no seu preceito legal as divisas tradicionais. Defendendo o TJUE, pelo contrário, que o artigo 135.º, n.º 1, alínea e), da referida Diretiva também se aplica às moedas virtuais, concretamente às prestações de serviços que consistem no câmbio de divisas tradicionais por divisas virtuais, e vice-versa, realizadas mediante o pagamento de uma quantia que corresponde à diferença entre o preço pelo qual o operador em causa compra as divisas e o preço a que o mesmo as vende aos seus clientes.

Em suma, no que concerne ao tratamento jurídico das moedas virtuais em sede de IVA, o Tribunal de Justiça da União Europeia (“TJUE”), no douto acórdão de 22 de outubro de 2015, entende (e, a nosso ver, bem) que, relativamente às operações de câmbio de divisa virtual por divisa tradicional, as moedas virtuais, que apenas têm como finalidade servirem de meio de pagamento, devem considerar-se abrangidas pelo regime de isenção previsto para as divisas, notas bancárias e moedas com valor liberatório, constante no artigo 135.º, n.º 1, alínea e) da citada Diretiva.

IX. CONCLUSÃO

Em maio de 2019, o mercado de capitais das moedas virtuais era de 245 mil milhões de dólares, existindo 2194 tipos de criptomoedas¹¹¹. Tratam-se, efetivamente, de números demasiado grandes para serem simplesmente ignorados.

Nesta medida, a presente dissertação teve precisamente como intuito analisar e delimitar as situações em que os sujeitos passivos podem ser tributados pelos ganhos que obtêm provenientes das moedas virtuais.

Para o efeito, começámos por conceptualizar a moeda virtual, caracterizando-a em função da sua natureza e modalidades existentes, e distinguindo-a das moedas eletrónicas

¹¹⁰ Cfr. Conclusões da Advogada-Geral Juliane Kokott, apresentadas em 16 de julho de 2015, no processo C-264/14 (Skatteverket contra David Hedqvist), disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=165919&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=1564426>.

¹¹¹ Cfr. CoinMarketCap, *All Cryptocurrencies*, informação constante no sítio CoinMarketCap, disponível em: <https://coinmarketcap.com/>

e dos *tokens* emitidos pelas Ofertas Públicas de Moeda (em inglês, *Initial Coin Offerings* ou ICOs).

De seguida, focámo-nos no enquadramento jurídico das moedas virtuais no panorama português e europeu e desenvolvemos os tipos de rendimentos gerados pelas criptomoedas.

Desta feita, analisámos detalhadamente a tributação dos rendimentos obtidos através de moeda virtual em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e de Imposto sobre o Valor Acrescentado, tomando uma posição crítica sobre a incidência de imposto nas várias operações relativas a moedas virtuais e expondo o entendimento vertido por algumas entidades, em particular pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Nesta medida, e conforme exposto, pese embora as moedas virtuais não possuam curso legal, nem valor liberatório, certo é que as mesmas são verdadeiras representações digitais de valor, e não apenas meras representações digitais de uma moeda tradicional, como é o caso da moeda eletrónica. Tratando-se, efetivamente, de um meio de pagamento e de troca validamente aceites dentro de uma comunidade (digital).

Deste modo, é notória a necessidade de delinear os contornos como as moedas virtuais devem ser entendidas no plano fiscal português, face ao panorama legal atual, por forma a colmatar as dúvidas que muitos indivíduos e entidades enfrentam ao enveredarem em atividades relacionadas com este ativo financeiro. Pretendendo-se alertar e proteger os sujeitos passivos que tencionem investir em criptomoedas dos eventuais impostos que podem recair sobre os mesmos.

Ao mesmo tempo que se pretende chamar a atenção para o facto de a legislação tributária portuguesa precisar de ser ajustada à realidade, de modo a incluir explicitamente nas suas disposições legais a figura das moedas virtuais. Situação essa que abrandaria a instabilidade atualmente sentida, ajudaria a restabelecer o sistema financeiro e, finalmente, daria aos contribuintes a segurança jurídica merecida no que concerne a estes ativos financeiros.

X. BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Sandra, *Bitcoin. A moeda do futuro ou uma das maiores bolhas da história?*, artigo constante no sítio do jornal Renascença, janeiro de 2018, disponível em: <https://rr.sapo.pt/artigo/102543/bitcoin-a-moeda-do-futuro-ou-uma-das-maiores-bolhas-da-historia>.

ALVES, Hugo Ramos, *Smart contracts: entre a tradição e a inovação*, artigo constante no livro *FinTech II – Novos Estudos sobre Tecnologia Financeira*, 1.^a Edição, Coimbra, Almedina, março de 2019, pp. 181-216.

ANTUNES, José Engrácia, *Os Instrumentos Financeiros*, 3.^a Edição, Coimbra, Almedina, abril de 2017.

BARKER, Jonathan Todd, *Why Is Bitcoin's Value So Volatile?*, artigo publicado no sítio Investopedia, dezembro de 2017, disponível em: <https://www.investopedia.com/articles/investing/052014/why-bitcoins-value-so-volatile.asp>.

BASTO, José Guilherme Xavier de, *IRS – Incidência Real e Determinação dos Rendimentos Líquidos*, 1.^a Edição, Coimbra, Coimbra Editora, setembro de 2007.

BITYOND, *Bityond Whitepaper*, disponível em: <http://storage.bityond.com/public/bityond-whitepaper.pdf>.

CÂMARA, Paulo, *Manual de Direito dos Valores Mobiliários*, 3.^a Edição, Coimbra, Almedina, novembro de 2016.

CHIA, Bryan, *Evolução da criptomoeda: O que é a criptomoeda?*, Master the Crypto, disponível em: <https://masterthecrypto.com/what-is-cryptocurrency/?lang=pt>.

CHIA, Bryan, *Evolução da criptomoeda: Substituir Caixa moderna*, Master the Crypto, disponível em: <https://masterthecrypto.com/evolution-cryptocurrency-replacing-modern-cash/?lang=pt>.

CHUEN, David Lee Kuo, GUO, Li e WANG, Yu, *Cryptocurrency: A New Investment Opportunity?*, artigo, agosto de 2017, disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2994097.

CONCEITO DE, *Conceito de taxa de câmbio*, artigo constante no sítio conceito de, 2012, disponível em: <https://conceito.de/taxa-de-cambio>.

COINMARKETCAP, *All Cryptocurrencies*, informação constante no sítio CoinMarketCap, disponível em: <https://coinmarketcap.com/>.

CORREIA, Francisco Mendes, *A tecnologia descentralizada de registo de dados (Blockchain) no sector financeiro*, artigo contante no livro *FinTech – Desafios da tecnologia financeira*, 1.^a Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2017.

COSTA, Carlos da Silva, *Intervenção do Governador Carlos da Silva Costa na Conferência Money Conference "Banca e Seguros: O Futuro do Dinheiro"*, Intervenção do Governador do Banco de Portugal, Carlos da Silva Costa, maio de 2018, disponível em: <https://www.bportugal.pt/intervencoes/intervencao-do-governador-carlos-da-silva-costa-na-conferencia-money-conference-banca-e>.

DECO PROTESTE, *Moedas virtuais, para quando impostos reais?*, artigo da Deco Proteste, janeiro de 2018, disponível em:

<https://www.deco.proteste.pt/investe/investimentos/mercados-moedas/dossie/bitcoin/moedas-virtuais-para-quando-impostos-reais>.

DUARTE, Diogo Pereira, *"Smart Contracts" e intermediação financeira*, artigo constante no livro *FinTech II – Novos Estudos sobre Tecnologia Financeira*, 1.^a Edição, Coimbra, Almedina, março de 2019, pp. 171-180.

GERALDES, Luís Roquette, ALBUQUERQUE, Mariana Solá de, SILVA, João Lima da, *ICOs: security tokens vs. utility tokens*, artigo constante no livro *FinTech II – Novos Estudos sobre Tecnologia Financeira*, 1.^a Edição, Coimbra, Almedina, março de 2019.

IMPÉRIO NUMISMÁTICO, *A História da Moeda Portuguesa*, blog de numismática, fevereiro de 2018, disponível em: <https://imperionumismatico.blogs.sapo.pt/a-historia-da-moeda-portuguesa-9497>.

INE, *Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3*, Instituto Nacional de Estatística, I.P., pág. 220, disponível em: https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf.

MARTINS, Helena Pegado, *O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas*, in *Lições de Fiscalidade*, Volume I – Princípios Gerais e Fiscalidade Interna, 3.^a Edição, Coimbra, Almedina, maio de 2014.

MORAIS, Rui Duarte, *Sobre o IRS*, 3.^a Edição, Coimbra, Almedina, maio de 2014.

NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, 4.^a Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2006.

NAKAMOTO, Satoshi, *Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System*, *whitepaper*, outubro de 2008, disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>.

NEW GREENFIL, *A História das Moedas*, artigo, disponível em: <https://www.newgreenfil.com/pages/a-historia-das-moedas>.

OLAVO, Fernando, *Direito Comercial*, Vol. I, 2.^a Edição, Coimbra, Livraria Petrony, 1970.

OLIVEIRA, Ana Batalha, *Minar moeda digital? Em Portugal já esgotaram as picaretas*, artigo constante no sítio Eco, setembro de 2017, disponível em: <https://eco.sapo.pt/2017/09/16/minar-moeda-digital-em-portugal-ja-esgotaram-as-picaretas/>.

PACHECO, António Vilaça, *Bitcoin*, 1.^a Edição, Lisboa, Editora Self, junho de 2018.

PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 1.^a Edição, Coimbra, Almedina, setembro de 2018.

PPLWARE, *Carteira de criptomoedas: o que é e como escolher a sua*, artigo constante no sítio pplware, disponível em: <https://pplware.sapo.pt/software/carteiras-criptomoedas-escolher/>.

RASKIN, Max, *The Law and Legality of Smart Contracts*, 2017, pp. 2-5, disponível em: <https://papers.ssrn.com/>.

RISKBANK, *E-krona*, comunicado do Riskbank, outubro de 2018, disponível em: <https://www.riksbank.se/en-gb/payments--cash/e-krona/>.

ROLO, António Garcia, *As criptomoedas como meio de financiamento e a qualificação dos tokens de investimento emitidos em ofertas públicas de moeda (ICO) como valores mobiliários*, artigo constante no livro *FinTech II – Novos Estudos sobre Tecnologia Financeira*, 1.^a Edição, Coimbra, Almedina, março de 2019.

SANTOS, João Vieira dos, *Desafios Jurídicos das Initial Coin Offerings*, artigo constante na revista *Direito dos Valores Mobiliários II*, Instituto dos Valores Mobiliários (“IVM”), dezembro de 2018, disponível em: https://www.institutovaloresmobiliarios.pt/publicacoes/pdfs/1544113227dvm__ii.pdf.

SARMENTO, Joaquim Miranda, *Imposto sobre Transações Financeiras, FTT – Financial Transaction Tax*, 1.^a Edição, Coimbra, Almedina, fevereiro de 2019.

SOUSA, Filipa, *Qual a diferença entre criptomoedas e «tokens»*, artigo constante no sítio Ihodl, disponível em: <https://pt.ihodl.com/tutorials/2018-10-31/qual-diferenca-entre-criptomoedas-e-tokens/>.

VÁRIOS AUTORES, *Grande Enciclopédia Universal*, Vol. XIII, 1.^a Edição, Lisboa, Durclub, agosto de 2004.

WIKIPEDIA, *Moeda (peça)*, artigo constante na wikipedia, junho de 2018, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda_\(pe%C3%A7a\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda_(pe%C3%A7a))

COMUNICAÇÕES DE ENTIDADES PÚBLICAS

Autoridade Bancária Europeia, *EBA opinion on 'virtual currencences'*, relatório da EBA, julho de 2014, disponível em: <https://eba.europa.eu/documents/10180/657547/EBA-Op-2014-08+Opinion+on+Virtual+Currencies.pdf>.

Autoridade Bancária Europeia, *EBA reports on crypto-assets*, relatório da EBA, janeiro de 2019, disponível em: <https://eba.europa.eu/-/eba-reports-on-crypto-assets>.

Autoridade Bancária Europeia, *Report with advice for the European Commission on crypto-assets*, Relatório da EBA, janeiro de 2019, disponível em: <https://eba.europa.eu>.

Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados, *ESMA alerts firms involved in Initial Coin Offerings (ICOs) to the need to meet relevant regulatory requirements*, declaração da ESMA, novembro de 2017, disponível em: http://www.cmvm.pt/pt/Cooperacao/esma/DocumentosESMACESR/Documents/esma50-157-828_ico_statement_firms.pdf.

Autoridade Tributária e Aduaneira, *Isenções - Plataforma de comércio eletrónico global, com uma moeda ou token próprio necessário aos utilizadores para fazerem uso do serviço, o qual é objeto de pré-venda. É um produto virtual não material à semelhança da moeda Bitcoin*, informação vinculativa emitida no Processo n.º 12904, por Despacho de 15 de fevereiro de 2018, da Diretora de Serviços do IVA (por subdelegação), disponível em: http://www.taxfile.pt/file_bank/news1218_15_1.pdf.

Autoridade Tributária e Aduaneira, *Operações sobre moeda - Criptomoeda ("bitcoin")*, informação vinculativa emitida no processo n.º 14763, por despacho de 28 de janeiro de 2019, da Diretora de Serviços do IVA (por subdelegação), disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14763.pdf.

Autoridade Tributária e Aduaneira, *Tributação das cripto-moedas ou moedas virtuais*, Informação Vinculativa no Processo n.º 5717/2015, Despacho de 27 de dezembro de 2016, disponível em:

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/rendimento/cirs/Documents/PIV_09541.pdf.

Banco Central Europeu, *O que é a moeda*, artigo constante no sítio do BCE, novembro de 2015, disponível em: https://www.ecb.europa.eu/explainers/tell-me-more/html/what_is_money.pt.html.

Banco Central Europeu, *Virtual Currency Schemes – a further analysis*, relatório do BCE, fevereiro de 2015, disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/home/html/index.en.html>.

Banco Central Europeu, *Virtual Currency Schemes*, relatório do BCE, outubro de 2012, disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/home/html/index.en.html>.

Banco de Portugal, *Autoridade Bancária Europeia alerta para os riscos das moedas virtuais*, informação constante no sítio do BdP, dezembro de 2013, disponível em: <https://www.bportugal.pt/comunicado/autoridade-bancaria-europeia-alerta-para-os-riscos-das-moedas-virtuais>.

Banco de Portugal, *Moeda eletrónica – O que é*, comunicado do Banco de Portugal, disponível em: <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/moeda-eletronica-o-que-e>.

Banco de Portugal, *Moedas Virtuais*, comunicado do Banco de Portugal, disponível em: <https://www.bportugal.pt/page/moedas-virtuais>.

Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Alerta aos investidores sobre Initial Coin Offerings (ICOs)*, informação constante no sítio da CMVM, novembro de 2017, disponível em: <http://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/Comunicados/Pages/20171103a.aspx>.

Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Comunicado da CMVM às entidades envolvidas no lançamento de “Initial Coin Offerings” (ICOs) relativo à qualificação*

jurídica dos tokens, informação constante no sítio da CMVM, julho de 2018, disponível em: <https://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/Comunicados/Pages/20180723a.aspx>.

Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Comunicado da CMVM relativo à criptomoeda Bityond*, informação constante no sítio da CMVM, maio de 2018, disponível em: <http://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/Comunicados/Pages/20180517a.aspx>.

Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Perguntas e respostas sobre criptoativos destinadas aos investidores*, informação constante no sítio da CMVM, disponível em: https://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/Faq/Pages/FAQs-Criptoativos_investidores.aspx.

Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, *Perguntas e respostas sobre criptoativos destinadas às entidades*, informação constante no sítio da CMVM, disponível em: https://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/Faq/Pages/FAQs-Criptoativos_industria.aspx.

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), *Relatório sobre moedas virtuais*, proposta de resolução do Parlamento Europeu, maio de 2016, disponível em: http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2016-0168_PT.html?redirect.

Parlamento Europeu, *European Parliament Resolution of 26 May 2016 on Virtual Currencies (2016/2007(INI))*, maio de 2016, disponível em: http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2016-0228_EN.html?redirect.

Recomendação da Comissão Europeia, de 22 de março de 2010, sobre o alcance e consequências do curso legal das notas e moedas em euros (2010/191/EU), disponível em: <https://eur-lex.europa.eu>.

SMSG (Securities and Markets Stakeholder Group), *Advice to ESMA Own Initiative Report on Initial Coin Offerings and Crypto-Assets*, relatório constante no sítio da ESMA, outubro de 2018, disponível em: https://www.esma.europa.eu/sites/default/files/library/esma22-106-1338_smsg_advice_-_report_on_icos_and_crypto-assets.pdf.

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 11 de janeiro de 2017, no Processo n.º 01622/15, disponível em:

<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/c29b1e8e475afd25802580a70053c268?OpenDocument&ExpandSection=1>.

Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 22 de outubro de 2015, no processo C-264/14 (Skatteverket contra David Hedqvist), disponível em:

<http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?sessionId=CA48475614F3E5B46442C0C5F0EB1088?text=&docid=170305&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=1561017>.

Conclusões da Advogada-Geral Juliane Kokott, apresentadas em 16 de julho de 2015, no processo C-264/14 (Skatteverket contra David Hedqvist), disponível em:

<http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=165919&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=1564426>

LEGISLAÇÃO

- Código Civil (“CC”);
- Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“CIRC”);
- Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“CIRS”);
- Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (“CIVA”);
- Código dos Valores Mobiliários (“CdVM”);
- Constituição da República Portuguesa (“CRP”);
- Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto (Regime Jurídico dos Documentos Eletrónicos e da Assinatura Digital);
- Decreto-Lei n.º 91/2018, de 12 de novembro (Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica);
- Diretiva 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro de 2009, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial, que altera as Diretivas 2005/60/CE e 2006/48/CE e revoga a Diretiva 2000/46/CE;

- Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera as Diretivas 2002/65/CE, 2009/110/CE e 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010, e que revoga a Diretiva 2007/64/CE;
- Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que revoga a Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2006/70/CE da Comissão;
- Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que estabelece as medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo);
- Regulamento de Execução do IVA (Regulamento (UE) n.º 282/2011 do Conselho, de 15 de Março), que estabelece medidas de aplicação da Diretiva 2006/112/CE, relativa ao sistema comum do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

SITIOGRAFIA

- <https://bitcoin.org/en/>
- www.bityond.com
- <https://coinmarketcap.com/>
- <https://ppl.pt/>
- <https://www.raize.pt/>